

Rede Social

Município de Idanha-a-Nova

PDS

Plano de Desenvolvimento Social
2005-2008



União Europeia
Fundo Social Europeu



“ O planeamento em ciências sociais é uma metodologia de investigação-acção que associa ao acto de conhecer a intenção de provocar mudança social.”

in “Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção” de Isabel Carvalho Guerra

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL

- Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco - Serviço Local de Segurança Social de Idanha-a-Nova;
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco;
 - Coordenação Educativa de Castelo Branco - Drec;
- Instituto Português da Juventude – Delegação Regional de Castelo Branco;
 - Junta de Freguesia de Alcafozes;
 - Junta de Freguesia de Aldeia de St.^a Margarida;
 - Junta de Freguesia de Idanha-a-Nova;
 - Junta de Freguesia de Idanha-a-Velha;
 - Junta de Freguesia do Ladoeiro;
 - Junta de Freguesia de Medelim;
 - Junta de Freguesia de Monfortinho;
 - Junta de Freguesia de Monsanto;
 - Junta de Freguesia de Oledo;
 - Junta de Freguesia de Penha Garcia;
 - Junta de Freguesia de Proença-a-Velha;
 - Junta de Freguesia do Rosmaninhal;
 - Junta de Freguesia de Salvaterra do Extremo;
 - Junta de Freguesia de Segura;
 - Junta de Freguesia de S.Miguel D´Acha;
 - Junta de Freguesia de Toulões;
 - Junta de Freguesia da Zebreira;
 - Santa Casa da Misericórdia de Alcafozes;
 - Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova;
 - Santa Casa da Misericórdia de Monsanto;
 - Santa Casa da Misericórdia do Rosmaninhal;
 - Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra do Extremo;
 - Santa Casa da Misericórdia de Segura;
 - MASCAL – Movimento de Apoio e Solidariedade ao Ladoeiro;
 - Associação 'O Ninho da Felicidade' (Oledo);
 - Centro de Assistência Social de Proença-a-Velha;
 - Centro Paroquial de Solidariedade Social de Medelim;

- Associação Nossa Sr.^a da Consolação (Monfortinho);
 - Centro Social Paroquial de Penha Garcia;
 - Centro Social e Cultural de Toulões;
 - Centro Social Paroquial de S. Miguel D'Acha;
- Liga dos Amigos de Aldeia de Santa Margarida;
- Escola Profissional da Raia de Idanha-a-Nova;
 - Clube União Idanhense;
- IDT – Unidade de Prevenção de Castelo Branco;
- Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova.
 - Centro de Saúde de Idanha-a-Nova.

PRESIDENTE DO CLAS

Eng.º Álvaro Rocha - Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

NÚCLEO EXECUTIVO

Adelino Régio (Junta de Freguesia de Monsanto)

Ana Sofia Nunes (CMIN – Rede Social)

Carla Perquilhas (Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova)

Cristina Ferra (CDSS Castelo Branco)

João Jóia (CMIN – GASS)

Luisa Serejo (Santa Casa da Misericórdia do Rosmaninhal)

TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO DO INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL

José Castro

ASSESSORIA

Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior - Alcides Monteiro

COLABORADORES

Dora Fernandinho (CMIN – GASS)

Índice

Introdução

I.	DIAGNÓSTICO SOCIAL		11
	1.1.	O Território	11
	1.2.	As Pessoas	14
		Demografia	14
		Habitação	18
		Equipamentos e Infra-estruturas Sociais	22
		Saúde	25
		Educação	29
		Acção Social	31
		Segurança	34
		Emprego e Formação Profissional	36
		Turismo	38
		Economia e Tecido Empresarial	39
		Transportes e Acessibilidades	41
		Síntese dos Conteúdos mais relevantes	42
	1.3.	Articulação com outros níveis de planeamento	47
II.	DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO		50
	2.1.	Critérios de selecção	50
	2.2.	Metodologias	51
	2.3.	Identificação dos Eixos de Intervenção	52
III.	PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		53
	3.1.	Eixo A – Qualificação Escolar e Sócio-Profissional	53
		a) Abandono Escolar	53
		b) Requalificação de Activos	56
		c) Empregabilidade e Inserção Profissional	58
	3.2.	Eixo B – Intervenção dirigida a Grupos Específicos em Risco de Exclusão Social	61
		a) Toxicodependência e Alcoolismo	61
		b) Pessoas Portadoras de Deficiência	63
	3.3.	Eixo C - Rede de Serviços e Equipamentos de Apoio à Comunidade	66
		a) Insuficiente Cobertura de Serviços e Cuidados de Saúde	66
		b) Necessidade de Adequação/Qualificação dos Equipamentos de Apoio a Idosos	68

		c) Ampliação do Tempo e Locais de Atendimento Integrado	70
IV.		PLANO DE ACÇÃO 2005-2006	73
V.		AVALIAÇÃO	82

Bibliografia

Introdução

Em oposição à perspectiva do desenvolvimento potencializado e concretizado através de processos de crescimento económico, o actual conceito de desenvolvimento social, encontra-se convencionado pela **Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social (Copenhaga, Março de 1995)**.

A noção de desenvolvimento social, concretizado pela Cimeira de Copenhaga em 1995, reflecte o objectivo central de contribuir para a igualdade de oportunidades e garantir condições de vida dignas e direitos de cidadania para todos.

Esta ideia pressupõe a tomada de consciência colectiva dos problemas existentes, a mobilização dos actores sociais para a resolução dos mesmos e a promoção do desenvolvimento apoiado nas redes locais e nas forças endógenas que estas consubstanciam.

A intervenção em rede constitui, assim, o motor dos processos de desenvolvimento social local.

Deste modo, pressupõe-se uma noção de desenvolvimento sustentável que articula o desenvolvimento económico, social e ambiental, bem como a participação activa e concertada dos actores interessados.

Princípios e objectivos enquadradores da acção para o Desenvolvimento Social:

- Colocar o ser humano no centro do desenvolvimento;
- Assegurar a equidade entre gerações presentes e futuras;
- Integrar as políticas económicas, culturais e sociais;
- Interdependência entre as esferas de actividades públicas e privadas;
- Promover a democracia, a dignidade humana, a justiça social e a solidariedade;
- Defender a tolerância, a não violência, o pluralismo e a não discriminação;
- Promover a distribuição equitativa dos rendimentos;

- Reconhecer a família como unidade básica da sociedade;
- Assegurar a inclusão no desenvolvimento social das pessoas, grupos desfavorecidos e vulneráveis;
- Promover o respeito, a observância e a protecção de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento;
- Promover o exercício efectivo dos direitos e o cumprimento das responsabilidades;
- Promover a igualdade e equidade entre homem e mulher;
- Proteger os direitos das crianças e dos homens;
- Promover o fortalecimento da sociedade civil;
- Garantir que cada membro possa satisfazer as suas necessidades básicas, alcançar a dignidade pessoal, a segurança e a criatividade;
- Defender uma gestão e administração transparentes e responsáveis;
- Dar mais poder às mulheres, nomeadamente através da participação;
- Possibilitar às pessoas idosas o acesso a uma vida melhor;
- Atender às virtudes das novas tecnologias da informação, incluindo os benefícios da utilização e acesso por pessoas em situação de pobreza;
- Fortalecer a participação da mulher em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural.

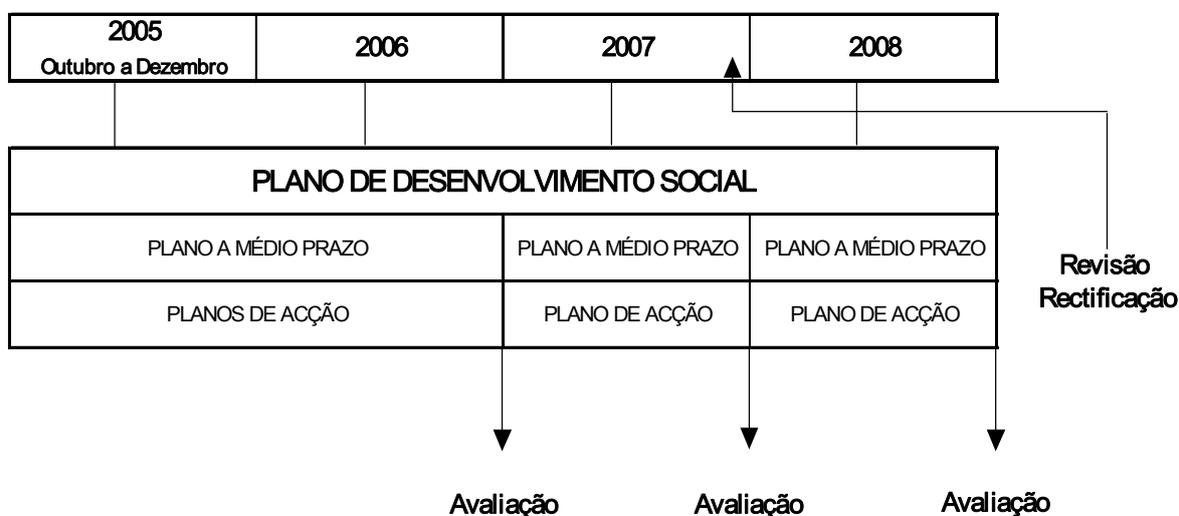
Tendo em conta estas orientações, a estruturação da intervenção social vai cada vez mais no sentido da investigação –acção com ideia base de um trabalho articulado com vista ao desenvolvimento humano que subsequentemente potencialize o desenvolvimento social.

Assim, após a concretização do Diagnóstico Social do Concelho, em que se retrataram as grandes dimensões temáticas da realidade social do concelho e de entre estas, através da aplicação de critérios de análise, se identificaram as prioridades de intervenção, apresentamos o aprofundamento do seu tratamento, neste Plano de Desenvolvimento Social.

Neste documento pretende-se definir um quadro de objectivos e de actividades específicas concretizadas num Plano de Acção. O Plano de Desenvolvimento Social pretende perspectivar o perímetro e alvos de intervenção com âmbito de

actuação de três anos e operacionalizado por Planos de Acção de carácter anual, associados a uma metodologia de avaliação.

Vigência do Plano de Desenvolvimento Social e Planos de Acção



Os Eixos que serão alvo de intervenção recaem nas áreas da: Educação, dos Serviços e Equipamentos de Apoio à Comunidade e a Grupos Específicos em Risco de Exclusão Social.

QUADRO DE INTERVENÇÃO POR EIXOS

<p>EIXO A – QUALIFICAÇÃO ESCOLAR E SÓCIO-PROFISSIONAL</p> <p>a) Abandono Escolar</p> <p>b) Requalificação de Activos</p> <p>c) Empregabilidade e Inserção Profissional</p> <p>EIXO B – INTERVENÇÃO DIRIGIDA A GRUPOS ESPECÍFICOS EM RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL</p> <p>a) Toxicodependência e Alcoolismo</p> <p>b) Pessoas Portadoras de Deficiência</p> <p>EIXO C - REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO À COMUNIDADE</p> <p>a) Insuficiente Cobertura de Serviços e Cuidados de Saúde</p> <p>b) Necessidade de Adequação/Qualificação dos Equipamentos de Apoio a Idosos</p> <p>c) Ampliação do Tempo e Locais de Atendimento Integrado</p>

No que respeita à metodologia de acompanhamento, avaliação e centro de recursos de conhecimento social do concelho, tínhamos prevista a criação de um **Observatório Social Local**, o qual candidatámos no âmbito de uma multiproposta em parceria, à medida 1 do PROGRIDE, e que vimos aprovada. Este Observatório será então uma realidade aquando da aplicação do Plano de Acção deste PDS. Além deste benefício , tem ainda como mais-valia a articulação com as outras actividades aprovadas no PROGRIDE e que se desenvolvem sobretudo na área da Acção Social.

I. DIAGNÓSTICO SOCIAL

1.1. O Território

O distrito de Castelo Branco ocupa uma área de 6612 Km² (cerca de 9,5% da área de Portugal Continental). Localiza-se no interior-centro do país, correspondendo os seus limites oriental e parte meridional à fronteira político-administrativa



luso-espanhola. Internamente o distrito subdivide-se em 11 concelhos: Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

O concelho de Idanha-a-Nova, pertencente ao distrito de Castelo Branco situa-se na região centro de

Portugal, sub-região Beira Interior Sul (NUT II). Confina a norte com o concelho de Penamacor, a oeste com os concelhos do Fundão e Castelo Branco, a leste e a sul com Espanha (Estremadura, província de Cáceres).

Os concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, ocupam respectivamente 38,5% da superfície total da sub-região, sendo os municípios com maior dimensão de toda a região centro.

O concelho de Idanha-a-Nova tem uma área de 1412.7 Km², o segundo maior concelho do distrito de Castelo Branco e o quarto mais extenso do país. Compreendendo 17 freguesias com grande disparidade de dimensão, numa verifica-se uma grande extensão, como na freguesia do Rosmaninhal (265,90 Km²) e noutras freguesias de área muito reduzida como Idanha-a-Velha (21 Km²) e Oledo (27,6 Km²).

A área média por freguesia no concelho de Idanha-a-Nova é de 83.1 Km², bastante superior à média nacional que no continente é de 23 Km².

RETRATO TERRITORIAL DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA última actualização em: 2004.07.23

Designação do Indicador	Valor	Unidade	Período
Indicadores Genéricos			
Área Total	1 412,7	km ²	2003
Freguesias	17	n.º	2003
Densidade Populacional	8,0	hab/km ²	2002
População Residente HM, em 2001	11 659	indivíduos	2001
População Residente H, em 2001	5 573	indivíduos	2001
População Presente HM	11 669	indivíduos	2001
População Presente H	5 552	indivíduos	2001
População Residente HM, em 1991	13 630	indivíduos	1991
População Residente H, em 1991	6 431	indivíduos	1991
Famílias Clássicas Residentes	5 098	n.º	2001
Famílias Institucionais	3	n.º	2001
Alojamentos Familiares - Total	11 403	n.º	2001
Alojamentos Familiares - Clássicos	11 380	n.º	2001
Alojamentos Familiares - Outros	23	n.º	2001
Alojamentos Colectivos	10	n.º	2001
Edifícios	11 146	n.º	2001
Indicadores Demográficos			
Nados vivos, HM	68	n.º	2002
Nados vivos, H	36	n.º	2002
Óbitos, HM	258	n.º	2002
Óbitos, H	138	n.º	2002
Taxa de Natalidade	6,0	permilagem	2002
Taxa de Mortalidade	22,8	permilagem	2002
Taxa de Nupcialidade	4,3	permilagem	2002
Taxa de Divórcio	1,1	permilagem	2002
Taxa de Excedente de Vidas	-16,8	permilagem	2002
Índice de Envelhecimento	473,2	percentagem	2002
Núcleos Familiares Residentes	3 753	n.º	2001
Variação População Residente, entre 1991 e 2001	-14,5	percentagem	2001
Actividade Económica			
Capacidade de Alojamento dos Estabelecimentos Hoteleiros	618	lugares	2002
Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros	...	n.º	2002
Taxa de Ocupação dos Estabelecimentos Hoteleiros	...	percentagem	2002
Estada Média por Hóspede em Estabelecimentos Hoteleiros	...	noites	2002
Sociedades Sediadas	133	n.º	2002/12/31
Sociedades do Sector Primário	21,1	percentagem	2002/12/31

Plano de Desenvolvimento Social 2005-2008

Sociedades do Sector Secundário	21,1	percentagem	2002/12/31
Sociedades do Sector Terciário	57,9	percentagem	2002/12/31
Volume de Vendas nas Sociedades Sediadas	33 598	milhares de euros	2001/12/31
Bancos, Caixas Económicas e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	5	n.º	2002
Depósitos em Bancos, Caixas Económicas e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	82 041,5	milhares de euros	2002
Crédito Concedido por Bancos, Caixas Económicas e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	49 544,1	milhares de euros	2002
Crédito Hipotecário Concedido a Particulares	4 562,1	milhares de euros	2002
Obras Concluídas - Total de Edifícios	197	n.º	2002
Obras Concluídas - Edifícios para habitação	159	n.º	2002
Licenças Concedidas para Construção de Edifícios (Construções Novas)	47	n.º	2002
Licenças Concedidas para Construção de Edifícios para Habitação (Construções Novas)	27	n.º	2002
Consumo Doméstico de Electricidade por Consumidor	1,1	milhares de kWh	2002
Consumo Industrial de Electricidade por Consumidor	23,9	milhares de kWh	2002
Taxa de Actividade HM, em 1991	25,7	percentagem	1991
Taxa de Actividade HM, em 2001	31,9	percentagem	2001
Taxa de Desemprego HM, em 1991	6,7	percentagem	1991
Taxa de Desemprego HM, em 2001	8,3	percentagem	2001
Indicadores Sociais			
Médicos por 1000 Habitantes	,4	n.º	2002
Farmácias por 10 000 Habitantes	3,6	n.º	2002
Hospitais Oficiais	-	n.º	2001
Hospitais Particulares	-	n.º	2001
Taxa Média de Mortalidade Infantil no Quinquénio	9,5	permilagem	1998/2002
Taxa de Analfabetismo HM, em 1991	37,4	percentagem	1991
Taxa de Analfabetismo HM, em 2001	32,1	percentagem	2001

1.2. As Pessoas

Demografia

Demografia / População	1981	1991	2001																								
População residente por sexo	H- 7630 M- 8471 Total: 16101	H- 6431 M- 7199 Total: 13630	H- 5573 M- 6086 Total: 11659																								
Escalaão etário por freguesias	0-14- 2399; 15-24- 1836; 25-64- 7181; 65 ou + - 4685	0-14- 1645; 15-24- 1306; 25-64- 5881; 65 ou + - 4798	0-14- 1047; 15-24- 1103; 25-64- 4766; 65 ou + - 4743 _(INE)																								
Variações percentuais na população residente, no concelho e freguesias (3 décadas)	16.101 hab.	13.630 hab. -15%	11.659 hab. - 14.5%																								
Densidade populacional (n.º de hab./km ²)	11 (PDM)	9.6 (INE 2001)	8.2 (INE 2001)																								
Nascimentos e taxas de natalidade	8.7 por 1000 (PDM) 1406 nasc.	8.1 por 1000 . 854 nasc. (INE)	5 (Infoline)																								
Óbitos e taxa de mortalidade	16.1 por 1000 (PDM)		23.2 (Infoline)																								
Taxa de mortalidade infantil			3.2 (97- 2001)																								
Taxa de nupcialidade			4.5 (Infoline)																								
Taxa de divórcio			0.8 (Infoline)																								
Taxa de fecundidade	O PDM diz não ter indicações																										
Nascimentos fora do casamento			18 (Estrut. Demogr. 2000)																								
Estado civil da população residente			Sol- 2826; Cas- 7037; Sep- 89; Div- 136; Viúv- 1571																								
Casamentos católicos			38 (Estruturas. Demog. 2000)																								
Índice de envelhecimento ¹	194.8 (PDM)	311.9 (Infoline)	463.0 (Infoline)																								
Saldo migratório	31 (PDM)																										
População estrangeira com residência legalizada (percentagem)			1																								
Índices de envelhecimento e dependência	78.8% (PDM)	90%	99% ²																								
População residente segundo o nível de instrução	Não sabiam ler nem escrever, 51.5% (PDM)		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Nenhum-</td> <td>1521</td> <td>2357</td> </tr> <tr> <td>1º ciclo-</td> <td>2303</td> <td>2226</td> </tr> <tr> <td>2º ciclo-</td> <td>604</td> <td>405</td> </tr> <tr> <td>3º ciclo-</td> <td>481</td> <td>378</td> </tr> <tr> <td>Sec.-</td> <td>453</td> <td>402</td> </tr> <tr> <td>Méd.-</td> <td>18</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>Sup.-</td> <td>193</td> <td>273</td> </tr> </tbody> </table>		H	M	Nenhum-	1521	2357	1º ciclo-	2303	2226	2º ciclo-	604	405	3º ciclo-	481	378	Sec.-	453	402	Méd.-	18	15	Sup.-	193	273
	H	M																									
Nenhum-	1521	2357																									
1º ciclo-	2303	2226																									
2º ciclo-	604	405																									
3º ciclo-	481	378																									
Sec.-	453	402																									
Méd.-	18	15																									
Sup.-	193	273																									
Incapacitados permanentes para o trabalho		148	75 (INE 1991/ 2001)																								
Distribuição espacial da população, por freguesia	Alcafozes – 341 Aldeia SM – 477 Idanha-a-Nova-2.742 Idanha-a-Velha – 121 Ladoeiro –1.777 Medelim – 525 Monfortinho – 885 Monsanto – 1.951 Oledo – 696	Alcafozes – 308 Aldeia SM – 459 Idanha-a-Nova- 2454 Idanha-a-Velha – 93 Ladoeiro – 1618 Medelim – 458 Monfortinho – 756 Monsanto – 1443 Oledo – 575	Alcafozes – 249 - 252 Aldeia SM – 365 - 369 Idanha-a-Nova- 2518 – 2519 Idanha-a-Velha – 79 - 79 Ladoeiro –1380 - 1386 Medelim – 351 - 342 Monfortinho – 603 - 608 Monsanto – 1165 - 1160																								

¹ De 1981 para 2001 a relação de idosos/jovens, aumentou de 45 idosos por 100 jovens para 103 idosos para 100 jovens, ou seja, o número de idosos a residir em Portugal, ultrapassou o dos jovens. Para esta superioridade contribuem sobretudo as mulheres com um índice de 122 idosas por cada 100 mulheres jovens, enquanto o dos homens, se situava nos 84 indivíduos na mesma proporção. Estas diferenças reflectem bem a maior longevidade feminina. O concelho de Idanha-a-Nova é o 3º mais envelhecido depois de Vila Velha de Rodão e Alcoutim; isto significa que estes têm entre 420 e 468 indivíduos por cada 100 jovens.

² 99 indivíduos jovens por cada 100 indivíduos em idade activa

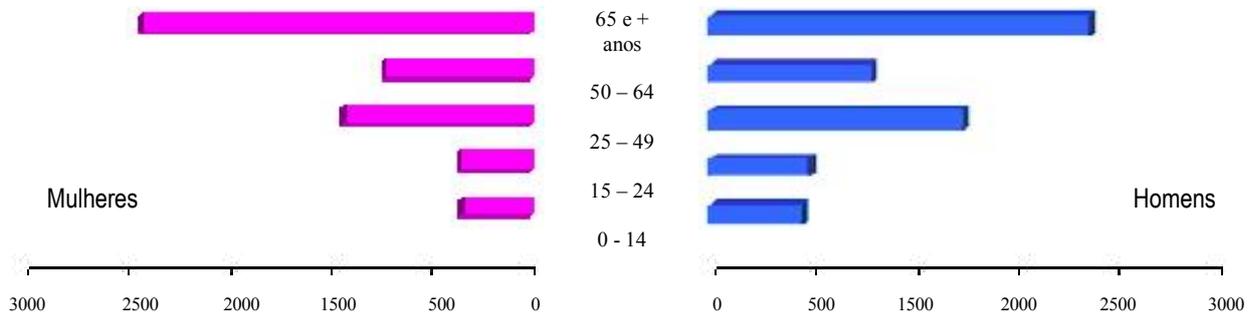
	Penha Garcia – 1.314 P. Velha – 507 Rosmaninhal – 1.134 Salvaterra do Extremo – 436 S. Miguel D’Acha – 877 Segura – 417 Toulões – 549 Zebreira – 1.352 Total – 16.101	Penha Garcia – 1094 P. Velha – 344 Rosmaninhal – 974 Salvaterra do Extremo – 321 S. Miguel D’Acha – 858 Segura – 293 Toulões – 422 Zebreira – 1160 Total – 13630 (decréscimo de 2471 hab.)	Oledo – 486 - 485 Penha Garcia – 924 - 928 P. Velha – 282 - 282 Rosmaninhal – 727- 733 Salvaterra do Extremo – 203- 203 S. Miguel D’Acha – 699 - 702 Segura – 236 - 233 Toulões – 315 - 315 Zebreira – 1064 - 1063 Total – 11646 - 11659 (decréscimo de 1984 hab.) 1971 ³
Mulheres residentes c/ filhos, por condição perante a actividade económica e estado civil, por concelho			Mulheres empregadas Solt. – 4 Cas. – 365 Viúva – 15 Sep. – 14 Div. – 6 Total – 404 Mulheres Desempregadas Solt. – 2 Cas. – 59 Viúva – 2 Sep. – 4 Div. – 0 Total – 67 Mulheres s/ actividade económica Solt. – 3 Cas. – 879 Viúva – 57 Sep. – 21 Div. – 3 Total – 963 TOTAIS - 1434

A trajectória demográfica do Concelho reflecte um conjunto de factores estruturantes que têm caracterizado as regiões interiores do país ao longo das últimas décadas. Em termos populacionais, caracteriza-se por uma forte desertificação e envelhecimento, consequência de um surto migratório bastante significativo que teve especial impacto nas décadas de sessenta e setenta. Nos 20 anos que decorreram entre os Censos de 1981 a 2001 verifica-se uma perda de 27,6% da população.

Em termos de densidade populacional ela situa-se nos 8.1 hab/Km², o que coloca Idanha-a-Nova certamente entre os Concelhos menos povoados do país. Fruto destas perdas, o índice de envelhecimento em 2001, agrava-se aos

³ Os dados deste quadro a negrito dizem respeito aos dados definitivos dos Censos e os outros são os dados preliminares.

40,76% no conjunto do Concelho. A estrutura etária confirma o número elevado de população idosa, sendo que os grupos dos 0-14 e dos 15-24 são os mais débeis, e só 9% da população residente tem menos de quinze anos.



Pirâmide etária do concelho de Idanha-a-Nova elaborada com base nos Censos de 2001 do INE

Assim, os indicadores demográficos colocam o Concelho de Idanha-a-Nova como aquele que apresenta um índice de envelhecimento mais elevado na NUT's da Beira Interior Sul, contribuindo para os índices distritais.

Actualmente com um número total de 11659 habitantes, o concelho apresenta dificuldades de regeneração já que o índice de natalidade reduzido não é suficiente para garantir um equilíbrio populacional. Do total da população 4743 indivíduos são idosos, 5869 pertencem à população activa e 1047 são menores de 15 anos.

CENSOS DE 2001 – PERCENTAGEM DE ENVELHECIMENTO POR FREGUESIA

FREGUESIAS	HABITANTES	> 65	%
Alcafozes	252	101	40,56%
Aldeia de St.ª Margarida	369	149	40,82%
Idanha-a-Nova	2519	1026	40,75%
Idanha-a-Velha	79	32	40,51%
Ladoeiro	1386	562	40,72%
Medelim	342	143	40,47%
Monfortinho	608	246	40,80%
Monsanto	1160	475	40,77%
Oledo	485	198	40,74%
Penha Garcia	928	377	40,80%
Proença-a-Velha	282	115	40,78%
Rosmaninhal	733	296	40,72%
Salvaterra do Extremo	203	83	40,89%
S. Miguel D'Acha	702	285	40,77%
Segura	233	96	40,68%
Toulões	315	128	40,63%
Zebreira	1063	434	40,79%
TOTAIS	11659	4747	40,76%



No quadro aqui apresentado, podemos observar os dados referentes ao número de habitantes

com mais de 65 anos, por freguesia, bem como o peso deste segmento no número total da população.

A percentagem de envelhecimento constante e média é de 40,76%.

O índice de envelhecimento no concelho é actualmente de 453. Isto significa que por cada 100 jovens, existem 453 idosos.

$$\text{Índice de Envelhecimento} = \frac{\text{População com mais de 65 anos}}{\text{População até 14 anos}} \times 100$$

$$= \frac{4747}{1047} \times 100 = 453$$

Habitação

HABITAÇÃO (HABITAÇÃO SOCIAL E INFRA-ESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO)	1981	1991	2001
N.º de alojamentos	11418 (PDM)	10925 (PDM)	11403
N.º de alojamentos por famílias	<p>1.0 (PDM) – O índice de ocupação, ao relacionar a dimensão dos fogos com o número de ocupantes, traduz uma situação perfeitamente natural em meios com fortes características rurais / áreas de fraca ou inexistente pressão demográfica. Existem em média:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1.0 Famílias por alojamento; - 2.3 Pessoas por alojamento; <p>Os indicadores atrás enunciados são confirmados pelo evidente predomínio dos alojamentos com 3 e 4 divisões, as quais correspondiam a 59% do total dos alojamentos no concelho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com 1 família – 5.797 alojamentos; • Com 2 famílias – 4 alojamentos; • Com 3 ou mais famílias – 1 alojamento. <p>• Indicadores de ocupação (Alojamento Clássico)</p> <ul style="list-style-type: none"> Famílias por alojamento – 1.0 Pessoas por alojamento – 2.3 	<ul style="list-style-type: none"> • Com 1 família – 5.050 alojamentos; • Com 2 famílias – 10 alojamentos; • Com 3 ou mais famílias – 1 alojamento. <p>• Média de famílias por alojamento – 1</p> <p>• Média de pessoas por alojamento – 2</p>
Tipo de alojamentos, regime e forma de ocupação	<p>O tipo de ocupação dos alojamentos indica deficiências habitacionais, pela presença de situações de partilha. Este tipo de situação é particularmente insignificante a nível do concelho (0.1%), manifestando-se apenas nas freguesias de Idanha-a-Velha (4.2%), Oledo (0.6%), Penha Garcia (0.4%) e Idanha-a-Nova (0.2%).</p> <p>Em termos de regime de ocupação dos alojamentos (1981), cerca de 80% das famílias são ocupantes e proprietárias dos alojamentos e cerca de 12% vivem em regime de aluguer.</p>	<p>Em edifícios principalmente residenciais, com um alojamento, existem os exclusivamente residenciais com 5.469, e os parcialmente residenciais com 181. Com 2 alojamentos são 73 e com 3 ou mais alojamentos são 56.</p> <p>Os edifícios principalmente não residenciais são 23. Os de uso sazonal 3.509, ocupante ausente 549 e vagas são 1.000.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupados – 10.345 total • Ocupados com residência habitual – 5.061 • Ocupados de uso sazonal ou secundário – 5.284 • Vagas – 1.035 <p>Total</p> <ul style="list-style-type: none"> Vagas para venda – 138 Vagas para aluguer – 23 Vagas para demolição – 88 Vagas (Outros) - 786
Época da construção do grosso dos edifícios	<p>18% (PDM) – De 1946 a 1970 houve um aumento da construção de 26%, e de 1971 a 1989 desceu para 18%.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • De 1981 a 1991 – 1.018 construções 	<ul style="list-style-type: none"> • De 1981 a 1991 – 1.769 construções • De 1991 a 2001 – 1.820 construções
Infra-estruturas básicas (água, electricidade e esgotos)	<ul style="list-style-type: none"> • 28.7% dos alojamentos clássicos não possuem energia eléctrica; • 64.5% dos alojamentos clássicos não possuem água canalizada no alojamento; • 1.4% dos alojamentos só possuem água canalizada no edifício; • 34.2% dos alojamentos dispunham de rede de abastecimento de água; • 63.4% dos alojamentos não possuem instalações sanitárias; <p>Em relação aos alojamentos familiares ocupados no concelho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 28.7% dos alojamentos não possuem electricidade • 64.5% dos alojamentos não 	<ul style="list-style-type: none"> • Com electricidade – 5.396 • Sem electricidade – 432; • Com retrete com dispositivo de descarga ligado à rede Pública de esgotos – 3.893 • Com retrete com dispositivo de descarga ligado a sistema particular de esgotos – 462 • Com retrete com dispositivo de descarga ligado a outras casas – 74 • Com retrete com dispositivo de descarga ligado à rede pública de esgotos – 3.893 • Com retrete sem dispositivo de descarga ligado a rede pública de esgotos – 242 • Com retrete sem dispositivo de descarga ligado a rede particular de esgotos – 49 • Com retrete sem dispositivo de descarga ligado a outras 	<ul style="list-style-type: none"> • Alojamentos com electricidade – 5.009 • Alojamentos sem electricidade – 92 • Alojamentos com retrete, com dispositivo de descarga ligado à rede pública de esgotos – 17.378 • Alojamentos com retrete, com dispositivo de descarga ligado a sistema particular de esgotos – 2.348 • Alojamentos com retrete, com dispositivo de

	<p>possuem rede de abastecimento de água •63.4% dos alojamentos não possuem instalações sanitárias</p> <p>O balanço da situação em todo o concelho era (1981), relativamente ao conjunto de infra-estruturas e instalações, bastante negativo vivendo grande parte da população em situação de carência, em geral, reflexo da antiguidade do parque habitacional, dos próprios padrões culturais e financeiros ao dispor dos habitantes.</p>	<p>casas – 36</p> <ul style="list-style-type: none"> • Retrete fora do alojamento mas no edifício – 187 • Sem retrete – 885 •Com água canalizada no alojamento proveniente da rede pública – 4.938 • Com água canalizada no alojamento proveniente de rede particular – 135 • Com água canalizada fora do alojamento mas no edifício – 126 • Sem água canalizada proveniente de fontanário ou bica – 236 • Sem água canalizada proveniente de poço ou furo particular – 285 • Sem água canalizada proveniente de poço público com bomba – 10 • Sem água canalizada proveniente de poço público sem bomba – 19 •Com electricidade, retrete e água com banho – 3.771 • Com electricidade, retrete e água sem banho – 918 •Só retrete e água com banho – 20 • Só retrete e água sem banho – 56 •Só electricidade e água – 379 • Só electricidade e retrete – 131 • Só electricidade – 197 •Só retrete – 47 •Só água – 55 •Sem instalações – 254 	<p>descarga ligado a outras casas – 20</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alojamentos com retrete, sem dispositivo de descarga ligado à rede pública de esgotos – 325 •Alojamento com retrete, sem dispositivo de descarga ligado a sistema particular de esgotos – 87 •Alojamento com retrete, sem dispositivo de descarga ligado a outras casas – 35 •Alojamentos com retrete fora do alojamento mas no edifício – 634 •Alojamentos sem retrete – 550 •Famílias clássicas com electricidade – 21.423 •Famílias clássicas sem electricidade – 95 •Famílias clássicas com alojamentos com retrete, com dispositivo de descarga ligado à rede pública de esgotos – 17.495 •Famílias clássicas com alojamentos com retrete, com dispositivo de descarga ligado a sistema particular de esgotos – 2.356 •Famílias clássicas com alojamento com retrete, com dispositivo de descarga ligado a outras casas – 20 •Famílias clássicas com alojamento sem retrete, com dispositivo de descarga ligado à rede pública de esgotos – 330 • Famílias clássicas com alojamento sem retrete, com dispositivo de descarga a sistema particular de esgotos – 87 • Famílias clássicas com
--	---	---	--

			<p>alojamento sem retrete, com dispositivo de descarga ligado a outras casas – 35</p> <ul style="list-style-type: none"> • Famílias clássicas com alojamento com retrete fora do alojamento mas no edifício – 638 • Famílias clássicas com alojamento sem retrete – 557 • Alojamentos com água canalizada proveniente da rede pública – 4.696 • Alojamentos com água canalizada proveniente de rede particular – 221 • Alojamentos com água canalizada fora do alojamento – 22
Alojamentos familiares ocupados segundo a existência de instalações sanitárias de banho ou duche	<p>Em relação aos alojamentos familiares ocupados no concelho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 80.0% dos alojamentos não possuem instalações de banho. • 20.0% dos alojamentos tinham instalações de banho; 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de banho ou duche com instalações de banho ou duche – 3.912 • Instalações de banho ou duche sem instalação de banho ou duche – 1.916 • Com electricidade, retrete e água com banho – 3.771 • Com electricidade, retrete e água sem banho – 918 • Só retrete e água com banho – 20 • Só retrete e água sem banho – 56 	<ul style="list-style-type: none"> • Alojamentos com instalação de banho ou duche – 4.427 • Alojamentos sem instalação de banho ou duche – 657
Estimativas da população residente em habitação social	0	0	0
Alojamentos por n.º de divisões	<ul style="list-style-type: none"> - 3.6 Divisões por alojamento (PDM); - 0.6 Pessoas por divisão; <p>Os indicadores atrás enunciados são confirmados pelo evidente predomínio dos alojamentos com 3 e 4 divisões, as quais correspondiam a 59% do total dos alojamentos no concelho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de ocupação (Alojamento Clássico) • Divisões por alojamento – 4.3 (Censos 1991) • Pessoas por divisão – 0.5 	<ul style="list-style-type: none"> • Média de divisões por alojamento – 5 • Média de pessoas por divisão – (Não há informação)
% População servida pelo tratamento de resíduos sólidos			100%
% População servida pelo tratamento de águas residuais			70%

De acordo com os dados obtidos pelo levantamento efectuado, verificamos que, em termos percentuais predominam as famílias que possuem casa própria, nomeadamente 94,6%, para além disto, e em relação ao crescimento do parque habitacional, verifica-se que o seu crescimento é circunscrito às freguesias com mais habitantes, nomeadamente, Idanha-a-Nova, Ladoeiro e

Zebreira. Nas restantes freguesias registam-se sobretudo as reconstruções. No entanto, neste concelho tal como o índice de envelhecimento é elevado, também o é nas habitações, que em função dos fracos recursos económicos dos seus proprietários, maioritariamente idosos, não têm possibilidade de adequar e cuidar das suas casas de acordo com as suas necessidades, agravadas com a idade.

Grande parte do parque habitacional é constituído por habitações bastante envelhecidas e geralmente de arquitectura pequena e exígua. Pelo facto da população idosa em geral manifestar sérias dificuldades financeiras que por vezes nem para suprir as suas necessidades básicas chegam, não poderão investir nas suas habitações de forma a garantir boas condições de habitabilidade e acessibilidade. Não só em muitos casos é necessária a recuperação total das casas, como dotá-las de infra-estruturas sanitárias, de acessibilidades e de condições de habitabilidade, dado que o microclima do concelho, produz temperaturas muito altas (média de 38º) no Verão e muito baixas no Inverno (chegam aos -3º), tendo obviamente repercussões na saúde.

Por ordem crescente, podem-se assumir como sendo as situações mais críticas as que dizem respeito ao alojamento de pessoas idosas e de pessoas com deficiência e por último, à existência de algumas barracas pertencentes à etnia cigana. Como se podem verificar nos últimos censos definitivos de 2001, ainda se constatam necessidades extremamente básicas, em termos de condições de habitabilidade, sendo que ainda existem no concelho:

- alojamentos sem electricidade – 92
- alojamentos sem retrete – 550
- famílias clássicas com alojamento sem retrete – 557
- alojamentos sem instalação de banho ou duche - 657

De destacar que não possuímos dados actualizados em relação às aqui referidas precaridades das condições de habitabilidade, sendo estas informações as dos últimos Censos Definitivos de 2001. Apenas se poderão aferir com correcção mediante um levantamento.

Equipamentos e Infra-estruturas Sociais

EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS SOCIAIS	1981	1991	2001
N.º de Associações culturais e desportivas			76 (CMCD)
N.º de equipamentos desportivos (pavilhões, piscinas, salas de desporto, polidesportivos, campos de jogos, campos de ténis, picadeiros, etc.)	3 pavilhões desportivos 14 campos de futebol 11 campos polidesportivos 3 campos de ténis 2 piscinas 2 parques de campismo (PDM)		2 estádios de futebol relvados 1 pista de atletismo completa para todas as modalidades 1 circuito de manutenção 1 picadeiro 1 campo de futebol de 7 para formação 2 pavilhões desportivos 15 polidesportivos 5 piscinas 3 campos de ténis
N.º e tipo de equipamentos culturais (teatros, museus, auditórios, cinemas, bibliotecas, imprensa, e espectáculos públicos, discotecas, bares, etc.)	1 cinema 1 biblioteca 9 centros culturais 9 casas do povo 4 museus		1 museu 1 galeria de arte 3 bibliotecas 1 cinema 1 discoteca (INE- Infoline) 1 auditório 2 salas polivalentes para reuniões e formação
Entidades sem fins lucrativos (Bombeiros Voluntários, Grupo Nacional de Escutas, IPSS's, Misericórdias, Centros Paroquiais, Associações diversas)			95
Equipamentos de apoio à infância (creches, jardins de infância, ATL, lares, etc.) e por tipo de regime	1 creche 3 jardins de infância		10 jardins de infância
Equipamentos de apoio a idosos (lares, centros de dia, centros de convívio, valência de apoio domiciliário, centros de noite, etc.)	3 centros de dia 3 lares		17 valências de apoio domiciliário 15 Centros de Dia 2 Lares Total: 17 Equipamentos
Equipamentos de saúde: n.º de centros de saúde; extensões de saúde; farmácias, laboratórios de análises; clínicas e Policlínicas;	1 hospital 17 postos de saúde 6 farmácias		16 extensões de saúde 1 centro de saúde com SAP 8 farmácias 2 laboratórios de análise Nota- 3,5 farmácias por 10000 hab.

EQUIPAMENTO ESCOLAR

No que diz respeito aos equipamentos escolares relativos aos níveis de ensino pré-escolar, básico e secundário regulares, verifica-se que, quer o número de unidades existentes, quer as condições das mesmas, satisfazem as necessidades da população alvo. No entanto oito das dezassete freguesias do concelho, não dispõem de equipamentos escolares relativos aos níveis de ensino pré-escolar, um condicionalismo provocado pelo reduzido número de crianças derivado do envelhecimento populacional.

Assim temos 10 infantários, 14 escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, 1 escola C+S, 1 escola técnico-profissional e 1 escola superior. Perfazem um total de 27 equipamentos escolares.

EQUIPAMENTOS DE APOIO SOCIAL A IDOSOS – TIPO DE SERVIÇO E COBERTURA DO MESMO

Como já foi referido, Idanha-a-Nova é o terceiro concelho do país mais envelhecido, com uma taxa de cerca de 40,76% de pessoas com mais de sessenta e cinco anos, relativamente ao total da população residente.

Em 1990 teve início o funcionamento da maior parte dos equipamentos existentes. Relativamente ao tipo de serviços, com presença no total das freguesias, encontramos a valência de apoio domiciliário, seguida pela dos Centros de Dia e, onde não existe esta última resposta temos os lares, que até ao momento são dois.

No que respeita à cobertura, actualmente e dada a necessidade de ampliar as respostas para que se adequem às necessidades constatadas, nomeadamente situações de dependência e em que pela ausência de resposta leva os idosos a serem institucionalizados fora do concelho, a Autarquia já iniciou a construção de mais três unidades residenciais, nomeadamente, nas freguesias de Penha Garcia, Ladoeiro e Zebreira, as quais apresentam maior densidade populacional. Por outro lado, estas três freguesias traçam um eixo territorial que permitirá servir outras freguesias, quando assim seja necessário.

Esta incidência tem a ver com uma grande preocupação consensualizada no sentido de se cuidar não só, como foi referido, da ampliação das respostas mas, do conteúdo das instituições existentes. De registar o esforço e perseverança que há a reconhecer por parte das direcções destas entidades, na sua maioria voluntários, sendo a grande maioria reformados, que dedicam o seu tempo e solidariedade a estas causas, mas que por outro lado, assumem responsabilidades para as quais há dificuldade em encontrar pessoas disponíveis para regenerar estas direcções.

Com um percurso de dezenas de anos, e em que se realizou um investimento nas construções materiais, a preocupação actual é a da sua qualificação e optimização em termos de qualidade de serviço prestado.

Neste campo, e constatadas as necessidades que começam pela base, a autarquia além dos protocolos de cooperação com estas entidades e tendo

como meta a qualificação para a qualidade, suportado na Rede Social foi parceira com o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento numa candidatura ao POEFDS (Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social). Desta constou, um plano de formação transversal destinado às direcções e funcionários que intervêm na área, bem como uma outra destinado a desempregados, para criar uma bolsa de recursos humanos devidamente preparados para se integrarem profissionalmente nos Lares que se encontram em construção.

Além destas iniciativas que abrangem a forma e o conteúdo da oferta, tem em função do conhecimento que vai adquirindo, concretizando medidas concretas e práticas no terreno. No sentido de atingir o objectivo de qualidade de vida das pessoas idosas, tem ao nível da Acção Social e Saúde, em funcionamento, dois programas autárquicos. Um, o Cartão Raiano + 65 e o outro, o Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos. No entanto é necessário aprofundar o conhecimento da realidade do envelhecimento no nosso concelho e iniciar uma intervenção de fundo, que abranja as áreas da saúde, da habitação e dos serviços prestados pelas instituições.

Saúde

Saúde	2001
Serviços prestados no centro de saúde e extensões	<ul style="list-style-type: none"> SAP – Serviço de Atendimento Permanente Consultas de: <ul style="list-style-type: none"> Saúde do Adulto Saúde Infantil Saúde Materna Planeamento Familiar Saúde Pública Rasteio do Colo do Útero Rasteio do Cancro da Mama Saúde de Adolescente Tabagismo Cuidados de Enfermagem Domicílios Vacinação
Recursos humanos do centro de saúde, extensões	<ul style="list-style-type: none"> Médicos – 10 Enfermeiros – 14 Administrativos – 17 Auxiliares de apoio e vigilância – 10 Motoristas – 2 Técnica de saúde ambiental - 1
N.º de utentes inscritos	• 12937
Tipo de consultas mais frequentadas	• Saúde do Adulto
N.º de habitantes por estabelecimentos de saúde/médicos (falta n.º de utentes por extensão)	• N.º de utentes por médico - 1293
HIV/Sida (casos detectados)	• não têm dados
Suicídios	• não se registou nenhum
Indicadores relacionados com a problemática das toxicodependências (alcoolismo e drogas)	• 68 (número de toxicodependentes com processo no CAT)
Doenças por causa de morte	<ul style="list-style-type: none"> Tumores malignos – 34 Diabetes Mellitus – 0 Doenças Hipertensivas – 2 Doença Isquémica do Coração – 46 Doenças da Circulação Pulmonar – 17 Doenças Cérebro- Vasculares – 67 Outras Doenças do Aparelho Circulatório – 7 Outras Doenças do Aparelho Respiratório – 21 Doenças de Outras Partes do Aparelho Digestivo – 7 Sintomas, Sinais e Afecções Mal Definidas – 16 Outras Causas Provocadas por Acidentes de Veículo a Motor – 14 Sub-Total – 231 Total - 273
Projectos de saúde	• Não há
Gravidez precoce	• 6
Deficiência	• Sem levantamento efectuado (CSIN)
- n.º de deficientes físicos e motores	833 (INE)
- tipo de deficiência (auditiva, Visual, Motora, Mental, Paralisia Cerebral e outras)	Auditiva- 127; Mental- 120; Visual- 174; P. Cerebral- 22 Motora- 201; Outra- 189 (INE)
- distribuição percentual do total de pessoas com deficiência segundo o tipo	Auditiva- 1.08%; Mental- 1.02%; Visual- 1.5%; P. Cerebral- 0.2% Motora- 1.72%; Outra- 1.62%
- incidência da deficiência	7.14%
Atrasos de desenvolvimento	4 casos identificados pelo PROIP
Intervenção precoce	PROIP
Frequência das várias consultas(por sexo e idade)	<ul style="list-style-type: none"> Saúde Infantil <ul style="list-style-type: none"> 2 – 13 anos – 787 14 – 18 anos – 203 Saúde Materna – 341 Planeamento Familiar - 425
Consultas, internamentos e urgências em estabelecimentos de saúde	<ul style="list-style-type: none"> N.º de consultas no SAP – 16730 N.º de utentes transferidos para HAL - 1154
Partos e assistência ao parto	• Não há informação

Tendo já existido um hospital em funcionamento na sede de concelho, Idanha-a-Nova possui actualmente, um Centro de Saúde do qual também faz parte o SAP (Serviço de Atendimento Permanente) e conta igualmente com 16 extensões de saúde, localizadas nas restantes freguesias do concelho, pelo que em termos de serviço médico previsto, todas as freguesias possuem assistência.

O Centro de Saúde e respectivas extensões usufruem de uma equipa constituída por: dez médicos, quatorze enfermeiros e dezassete administrativos. Auxiliares de apoio e vigilância contam com dez elementos, tendo ainda, dois motoristas e uma técnica de saúde ambiental.

Em termos de cooperações inter-institucionais, o Município de Idanha-a-Nova , através do Gabinete de Acção Social, está presente nos núcleos :do Rendimento Social de Inserção; a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco; do Projecto de Intervenção Precoce; e é parceiro da Rede Social de Idanha-a-Nova, estando representado no Conselho Local de Acção Social.

As questões que se podem levantar a um nível primário em relação ao serviço de saúde, têm sobretudo a ver com o tempo de funcionamento e respectivo atendimento às populações, já que se associarmos os horários de funcionamento em vigor e se os cruzarmos com o facto de termos uma população extremamente envelhecida que em termos de cuidados de saúde faz sobressair uma série de exigências acrescidas por ser mais vulnerável, considerando igualmente o facto dos transportes e a distância não facilitarem o acesso ao Centro de Saúde, facilmente se conclui que seria importante a expansão dos horários de atendimento em algumas freguesias.

De destacar que esta foi a situação comum, a todos os fóruns comunitários já realizados, mais nomeada pelas populações que neles participaram.

Por outro lado, a considerar também a insuficiência de serviços especializados, como a fisioterapia, que obriga o Centro de Saúde a remeter os utentes para fora do concelho, nomeadamente para Castelo Branco e Coimbra, o que provoca um desgaste e por vezes ineficácia dos tratamentos a que os utentes têm de se sujeitar.

No que respeita às problemáticas específicas, reportamo-nos especificamente ao campo das adições, nomeadamente, estupefacientes, álcool e tabaco e de seguida à temática da deficiência.

De destacar, mais uma vez, que não existem diagnósticos que apontem com precisão não só a quantidade, como as características destes grupos, sejam os relativos aos consumidores, sejam às das pessoas portadoras de deficiência, por forma a termos uma leitura social da situação destas pessoas, principalmente no que respeita à sua situação face à integração social e necessidades específicas.

Em termos de ambulatório, o Centro de Saúde possui em funcionamento as consultas de tabagismo, uma vez por semana, sendo que relativamente ao consumo de estupefacientes não existe um sistema de detecção, atendimento e encaminhamento de indivíduos.

Relativamente às consultas anteriormente referidas, o Centro de Saúde tem capacidade para tratamento em ambulatório, inclusivé e como já se constata, em funcionamento, a administração de medicação de substituição para os adictos em estupefacientes.

Relativamente a tratamento com internamento: para os casos de alcoolismo, existe uma estrutura a nível regional, o Crac- Centro Regional de Alcoologia de Coimbra e para atendimento e encaminhamento a casos de toxicoddependência, a nível distrital, o CAT - Centro de Atendimento a Toxicoddependentes, em Castelo Branco.

Desta forma, e porque aferir o número aproximado à realidade de toxicoddependentes se torna extremamente difícil sem um diagnóstico realizado no terreno, e em termos estatísticos não existem dados, temos sobretudo como base de informação os dados proporcionados pelo CAT, sendo que em relação ao alcoolismo não possuímos nenhum dado oficial. E mesmo em relação aos dados do CAT, estes tornam apenas visíveis oficialmente resultados que sabemos ser apenas uma parte de um todo, pois nem todos os toxicoddependentes recorrem a este serviço e quando o fazem é-o geralmente em situações limite ou por consequência de pressões.

De referir que o CAT ainda não possui tratamento estatístico das consultas e encaminhamentos que realiza pelo que o que se pode de facto apurar são dados simples.

Desta forma e segundo informações do Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Castelo Branco, encontram-se inscritos nesse serviço, 68 utentes do concelho de Idanha-a-Nova, correspondendo a 7,9% do ficheiro de total de utentes deste serviço.

No que respeita à problemática específica da deficiência regista-se um total de 833 casos de pessoas portadoras de deficiência. Este número distribuiu-se da seguinte forma: deficiência mental com 120 casos; com paralisia cerebral com 22; com deficiência auditiva, 127 casos; com deficiência motora, 201 casos; portadores de outras deficiências, 189 casos.

Segundo estes dados 7,14% da população do concelho de Idanha-a-Nova é portadora de deficiência.

Em termos de respostas sociais directas ou adaptadas a estas problemáticas, não existe nenhuma resposta no concelho.

O equipamento social mais próximo que têm capacidade de resposta neste domínio, mas apenas com as vertentes sobretudo da Formação Profissional, Actividades Ocupacionais, encontra-se na sede de distrito, na entidade da Associação Portuguesa Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Castelo Branco (APPACDM).

Educação

EDUCAÇÃO	1991	2001
Taxa de analfabetismo	37,4% (5097.62 hab.)	32,1% (3742.60 hab.)
Níveis de instrução (escolaridade)	<ul style="list-style-type: none"> • Não sabe ler nem escrever- 5160 • Sabe ler e escrever sem possuir grau de ensino- 213 • Ensino básico primário: <ul style="list-style-type: none"> -Completo- 2963 - incompleto- 2068 • Ensino básico preparatório: <ul style="list-style-type: none"> - completo- 468 - incompleto- 163 • Ensino Secundário Unificado: <ul style="list-style-type: none"> - completo- 208 - unificado- 193 • Ensino Secundário Complementar: <ul style="list-style-type: none"> - completo- 184 - unificado- 106 • Ensino Médio: <ul style="list-style-type: none"> - completo- 70 -incompleto- 18 • Ensino Superior: <ul style="list-style-type: none"> - completo- 74 - Incompleto- 10 	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhum nível de instrução - 3878 (H – 1521 M – 2357) • 1º Ciclo - 4529 (H – 2303 M – 2226) • 2º Ciclo - 1009 (H – 604 M – 405) • 3º Ciclo - 859 (H – 481 M – 378) • Ensino Secundário - 855 (H – 453 M – 402) • Ensino Médio - 33 (H – 18 M – 15) • Ensino Superior - 466 (H – 193 M – 273)
Percentagem de Saída Precoce		48.1%
Percentagem de Saída Antecipada		29.5%
Abandono		5%
Retenção		9%
Percentagem de Aproveitamento no Ensino Secundário		55.2%
N.º de estabelecimentos de ensino		27
Pessoal docente segundo o ensino ministrado		Pré – escolar: 13 1º ciclo – 30 2º ciclo – 27 3º ciclo – 62 Escolas profissionais – 31 T- 163
Ensino superior público: alunos matriculados		628 (ME – 2001)

Em termos educacionais e segundo a estatística, o Concelho apresenta fragilidades relevantes, contando com uma percentagem muito elevada de população que não tem qualquer nível de escolaridade, assim como um número elevado da população apenas possui o ensino primário, sendo que à data dos últimos censos uma taxa de analfabetismo na ordem dos 32,1%, que apesar de tudo registou um decréscimo de 5% relativamente aos Censos de 1991.

Relativamente à distribuição da população pelos diferentes graus de ensino verifica-se que no concelho de Idanha-a-Nova, aproximadamente 33,4%, não possui nenhum nível de ensino. No que se refere ao 1º ciclo 38,8% da população possui esse nível de ensino, enquanto que apenas 9,1% possui o 2º ciclo.

Em relação ao 3º ciclo somente 7,3% detém esse nível de ensino, enquanto que no nível secundário se situam 7,4% da população.

No ensino médio e superior apenas 0,3% possui o nível de ensino médio e 3,8% habilitações de nível superior. Desta forma, em termos de recursos humanos cruzados com o mercado de trabalho podemos afirmar que o peso de trabalho desqualificado é esmagador provocando um desequilíbrio em termos de habilitações da população activa.

(1.03) POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO ATINGIDO E SEXO E TAXA DE ANALFABETISMO (1991 e 2001) (BEIRA INTERIOR SUL)

Zona Geográfica

Nível de Ensino Atingido

Zona Geográfica	Nível de Ensino Atingido															
	Total		Nenhum		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Médio		Superior	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Beira Interior Sul	78123	37355	15705	6100	29355	14235	7972	4370	7313	4142	9876	5102	509	247	7393	3159
Castelo Branco	55708	26602	8882	3451	20202	9623	5841	3149	5666	3208	8176	4202	435	212	6506	2757
Idanha-a-Nova	11659	5573	3878	1521	4529	2303	1059	604	859	481	855	453	33	18	446	193
Penamacor	6658	3215	2027	816	2677	1340	703	396	475	272	499	260	24	7	253	124
Vila Velha de Ródão	4098	1965	918	312	1947	969	369	221	313	181	346	187	17	10	188	85

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Completando a perspectiva anterior e objectivando agora ao nível da Beira Interior Sul, podemos observar que Idanha-a-Nova mantém a taxa de analfabetismo mais alta destes quatro concelhos.

Acção Social

ACÇÃO SOCIAL	2001
N.º de equipamentos sociais e respectivas áreas	21 (infância, juventude e idosos, sendo que 17 são de apoio a idosos)
N.º de crianças adoptadas	Não há registo
N.º de crianças com deficiência, por tipo e de respostas	Não há registo
N.º de beneficiários do RIS (ex-RMG)	56
N.º de crianças em risco (CPCJ)	13 processos, 25 intervenções (dados de 2003)
N.º de crianças em risco acompanhadas pela CPCJ e por tipo de problemática	Consultar quadro
N.º de estudantes com apoio social escolar e por tipo de apoio	Vide sub-ponto deste capítulo sobre acção social escolar
Tipo de respostas sociais no concelho, por área de acção, entidade promotora e destinatários	17 respostas sociais a idosos (todas com a valência de apoio domiciliário) Autarquia Serv. Local de Segurança Social
N.º de pessoas não cobertas por sistemas de protecção social	N.º não apurado
Serviços prestados pela acção social local (PLCP, RSI, Acção Social da CMIN, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> • Rendimento Social de Inserção • Comissão de Crianças e Jovens em Risco • Projecto de Intervenção Precoce • Cartão Raiano +65 • Reg. Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos
Total de Pensionistas	<ul style="list-style-type: none"> • Total de Pensionistas – 5596 • Total Pens. Invalidez – 337 • Total Pens. Velhice – 4009 • Total Pens. Sobrev. - 1250
Pop. residente seg. principal meio de vida e sexo (concelho)	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho- H-2374 T-3372 • Sub. Desemp. – H-55 T-113 • Sub. Temp. Acid. Trabalho – H –33 T-49 • Outros Sub. Temporários – H –15 T-32 • A cargo da família – H –499 T-2652 • Pensão de qq. Natureza – H-2613 T-5624 • Apoio social – H-14 T-48 • Rendimentos Próprios – H-36 T-69 • Outra situação – H-164 T-463

Com competências e actuações distintas no âmbito da intervenção social e com potencial complementaridade, destacam-se a Autarquia e o Serviço Local de Segurança Social no domínio público e as IPSS's, Misericórdias e Paróquias, no domínio privado.

Formalizado no aviso nº2322/2003, publicado na 2ª série do D.R. de 25 de Março de 2003, após despacho em Assembleia Municipal, criou-se, no âmbito da reorganização de serviços da Câmara Municipal de Idanha – a – Nova, o Gabinete de Acção Social e Saúde, tendo iniciado a sua actividade na mesma altura, até à presente data.

Com a noção da necessidade de intervir tecnicamente no contexto social, este gabinete tornou-se pólo aglutinador das acções desta área e tem contribuído para o plano municipal estratégico de desenvolvimento social. Pretendeu-se com a criação deste serviço, delinear formas de actuação, mas sobretudo criar respostas coerentes com as necessidades reais da população.

A par com a criação e funcionamento do seu Gabinete de Acção Social e Saúde, a autarquia candidatou-se e implementou o Programa da Rede Social. Através da acção conjunta de ambos, iniciou um leque de actividades e projectos de índole social. Este Gabinete tem presença activa nos Núcleos Executivos do Rendimento Social de Inserção, na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e no Núcleo Concelhio do Projecto de Intervenção Precoce.

Relativamente aos projectos sociais autárquicos a autarquia, através do gabinete, tem em funcionamento:

- o cartão 65+ dirigido para a população com mais de sessenta e cinco anos, reformados por invalidez e ainda pessoas com deficiência, que aglutina um série de benefícios e actividades dos quais destacamos o acesso gratuito a uma rede de transportes a nível concelhio, descontos nos serviços da água, acesso a actividades de animação, etc.;
- o apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos destinado a apoiar indivíduos com rendimentos per capita até 60%, do salário mínimo nacional;
- o Banco de Voluntariado, em parceria com o Conselho Nacional para a promoção do Voluntariado/Instituto da Segurança Social;
- e a aguardar publicação em Diário da República, o Cartão Jovem raiano que pretende oferecer uma série de benefícios que serão um forte incentivo á fixação e apoio dirigido aos jovens.

No que se refere à acção social escolar, geridos pela autarquia estão contemplados apoios a vários níveis, nomeadamente: na aquisição de material didáctico; no subsídio de alimentação; no transporte e na componente de apoio à família.

No contexto da violência e segundo dados da mesma fonte (também integrada pela autarquia) e do Gabinete de Acção Social e Saúde, verificam-se já a

eclosão de graves situações de exclusão, que carecem de diagnóstico de necessidades e de definição de estratégias de apoio para a inserção de, por exemplo, mães adolescentes, elas próprias vítimas de abuso e negligência durante as suas infâncias, para as quais não existe uma resposta imediata, dada a complexidade multi-problemática que caracteriza estas situações. Será importante actuar, nas freguesias de maior dimensão, como o caso do Ladoeiro, Zebreira e Idanha-a-Nova.

No contexto dos grupos socialmente marginalizados, encontramos também a situação das famílias de etnia cigana. Após o levantamento sintético que realizámos em relação aos indivíduos e famílias de etnia cigana existentes no concelho, podemos verificar, sobretudo na Freguesia da Zebreira, uma grande presença, com cerca de 250 indivíduos. Actualmente com um número total de habitantes de 1064, a etnia cigana residente, significa cerca de 25% do total da população, nesta freguesia.

Em relação ao número total da população do concelho, significam 2,1%.

Neste momento, não existe nenhuma iniciativa específica para a integração social deste segmento populacional não só dos adultos em idade activa, como também das crianças e jovens, que pelas particularidades da cultura cigana, poderão sentir obstáculos constrangedores para um pleno exercício da cidadania (com os seus inerentes direitos e deveres) com incidência específica nos direitos sociais, tais como, o acesso à educação, emprego e saúde. Em termos de localização no território, a maior incidência verifica-se nas freguesias de fronteira com Espanha, tendo subjacente o interesse motivador do comércio, principal forma de subsistência. Em termos de condições de habitação, de apontar as fracas condições de habitabilidade e até ilegalidade na ocupação dos espaços.

Segurança

Segurança	1991	2001	2003
N.º de quartelamentos	8	6	6
Horários de funcionamento	24 h (média)	16h (média)	13,5h (média)
Área de cobertura geográfica	166.30 Km ² (média)	235,06 Km ² (média)	235,06 Km ² (média)
Recursos materiais (condições)			
Recursos humanos (caracterização geral – tempo de serviço, habilitações, formação específica e/ou contínua, etc.)	Remeter para quadros posteriores		
N.º de efectivos	62	77	64
Idade média dos efectivos	39	40	40
Habilitações literárias médias dos efectivos	4ª classe	6º ano	7º ano
Forma de solicitação do serviço	Habituais	Habituais	Habituais
N.º de queixas apresentadas, por tipo			
1. Contra pessoas	1- 14	1- 42	1- 63
2. Contra o património	2- 64	2- 119	2- 121
3. Contra a vida em sociedade	3- 0	3- 22	3- 18
4. Contra o Estado	4- 0	4- 1	4- 4
5. Outros crimes	5- 8	5- 21	5- 42
Quantidade e género de ocorrências			
1. Acidentes de viação	1- 45	1- 127	1- 139
2. Solicitações do tribunal e outras	2- 221	2- 1299	2- 1580

SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança Pública no concelho de Idanha-a-Nova é assegurada pela Guarda Nacional Republicana. Dispõe actualmente de 64 efectivos distribuídos por seis postos, localizados nas freguesias de Idanha-a-Nova, Monsanto, Termas de Monfortinho, Zebreira, Rosmaninhal e Ladoeiro.

O n.º de efectivos por quartelamento estão distribuídos da seguinte forma e apresentam as seguintes características:

AQUARTELAMENTOS	N.º DE EFECTIVOS	IDADE MÉDIA DOS EFECTIVOS	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS MÉDIAS DO EFECTIVO	ÁREA DE COBERTURA GEOGRÁFICA	HORÁRIOS FUNCIONAMENTO
IDANHA-A-NOVA	18	40 anos	8º ano	361,35 Km ²	24h/dia
MONSANTO	10	37 anos	9º ano antigo	325 Km ²	9h00-17h00
TERMAS DE MONFORTINHO	8	37 anos	7º ano	120 Km ²	9h00-17h00
ZEBREIRA	15	38 anos	9º ano	281 Km ²	24h/dia
ROSMANINHAL	5	47 anos	4ª classe	260 Km ²	9h00-17h00
LADOEIRO	8	42 anos	4ª classe	63 Km ²	9h00-17h00
Total/ Médias	64	40 anos	7º ano	Média = 235 Km²	

Dados de 2003, Ministério da Administração Interna – Comando Geral

O desenvolvimento da actividade policial tão perto quanto possível das populações, a visibilidade das forças de Segurança e a sua efectiva capacidade para resolver os problemas concretos dos cidadãos corresponde ao que hoje se designa por **Policimento de Proximidade**.

Neste âmbito, o Programa Escola Segura contribui para criar as condições de segurança que as crianças merecem – no caminho para a escola, nos seu interior, nas suas imediações, onde quer que se encontrem.

PROTECÇÃO CIVIL

Os Bombeiros Voluntários de Idanha-a-Nova e a respectiva protecção civil do concelho, encontram-se sobre a tutela da Coordenação Distrital de Bombeiros e Protecção Civil.

A Protecção Civil é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural ou tecnológica, e de atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo, quando aquelas situações ocorram.

Ainda no âmbito da intervenção institucional, encontramos a nível municipal o Conselho Municipal de Segurança de Idanha-a-Nova.

Esta é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, que visa promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre todas as entidades que, na área do Município de Idanha-a-Nova, têm intervenção ou estão envolvidas na prevenção da marginalidade e na garantia e tranquilidade das populações.

Em relação ao trabalho desempenhado pelos Bombeiros Voluntários de Idanha-a-Nova, de referir que possuem, além dos serviços habitualmente prestados por este tipo de serviço, têm em funcionamento, na sede de concelho um transporte ao dispor das pessoas idosas, que promove diariamente um circuito entre a zona antiga e a zona nova da vila. Dado a zona antiga estar localizada na parte mais baixa do declive onde está instalada a vila, há alguma dificuldade de mobilidade e de acesso a grande parte dos serviços que estão concentrados na parte nova.

Em termos de incêndios o ano de 2003 foi o mais violento dos últimos 10 anos. Com 11059.80 ha ardidos, afectando sobretudo pastagens para o gado e o ecossistema do concelho, com inevitáveis repercussões ambientais.

Emprego e Formação Profissional

EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1991	2001
População segundo a condição perante actividade económica e sexo		<ul style="list-style-type: none"> • Doméstica T-1001 H- 4 M- 997 • Reformada, aposentada ou reserva T-4838 H-224 M- 4614 • Inc. Permanente p/ o trabalho T-208 H-111 M-97 • Outra situação T-335 H-164 M- 171
População activa por sexo e situação na profissão		<ul style="list-style-type: none"> • Activa- H- 1197 M- 2210 T-3407 • Desempregada- à procura do 1º emprego- H- 21 M- 33 T- 54 • A procura de novo emprego- H- 87 M- 166 T- 253
Evolução da taxa de actividade por sexo e idade	Taxa de actividade- H- 37,8% M- 14,9% 52,7%⁴	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de actividade- H- 41,6% M- 22,9% 65,5%
População residente segundo a situação perante o trabalho, por sexo e idade	<ul style="list-style-type: none"> • População com actividade económica- H- 2431 M- 1076 T - 3507 • População empregada- H- 2338 M- 935 T- 3273 • População desempregada- H- 93 M- 141 T- 234 • População sem actividade económica- H- 3372 M- 5543 T-8915 • Estudantes- H- 411 M- 461 T-872 • Domésticos- H- 4 M- 1834 T-1838 • Reformados- H- 2565 M- 2968 T- 5533 • Incapacitados permanente para o trabalho- H- 87 M- 61 T-148 • Outros- H- 305 M- 219 T-524 	
População residente com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida, por sexo e idade		<p>Com 15 ou mais anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rendimento mínimo garantido- H- 3 M- 9 • Pensão/ reforma- H- 2435M- 2729 • Apoio social- H- 14M- 35 • A cargo da família- H- 400 M- 1322 • Trabalho- H- 2038 M-1167 • Rendimentos da propriedade e da empresa- H- 25 M- 13 • Subsídio de desemprego- H- 69 M- 168 • Subsídio temporário por acidente de trabalho ou doença profissional- H- 15 M- 6 • Outros subsídios temporários- H- 10 M- 9 • Outra situação- H- 40M- 105
População residente desempregada segundo o principal meio de vida e taxa de desemprego	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de desemprego⁵ -6,7% • Desempregados- M-141 H-93 T- 234 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de desemprego. -8,3% • Trabalho- 47 • Rendimentos da propriedade e da empresa- 1 • Subsídio de desemprego- 144 • Rendimento mínimo garantido- 3

⁴ Taxa de actividade (%) = $\frac{\text{População activa}}{\text{Total da População}} \times 100$

⁵ Taxa de Desemprego (%) = $\frac{\text{Pop. Desempregada (sentido lato)}}{\text{População activa}} \times 100$

		<ul style="list-style-type: none"> • Pensão/ reforma- 3 • A cargo da família- 127 • Outra situação- 11
--	--	---

		2005		
Nº de Desempregados no concelho	127 – homens	288 – mulheres	Total - 415	
	1º emprego - 17			
	Desempregados - 398			
	< 4 anos escolaridade - 100			
	4 anos escolaridade - 150			
	6 a 9 anos - 118			
	11º ou 12º anos - 35			
	Curso médio – 4			
Licenciatura - 8				

No que se refere à escolaridade e qualificação profissional, verifica-se que 33,4% da população não possui qualquer nível de escolaridade. Dos restantes, 38,8% possuem o 1º ciclo, 9,1% o 2º ciclo e 7,3% o 3º ciclo. Com o ensino secundário encontramos 7,4% da população. Quanto ao ensino médio e superior, apenas 0,3% possui o nível de ensino médio e 3,8% habilitações de nível superior.

- 81,2% da população possui habilitações inferiores à escolaridade mínima obrigatória -

Segundo dados do Centro de Emprego, existem 251 desempregados no Concelho de Idanha-a-Nova, dos quais 173 são mulheres e 78 são homens. Dos 251, na faixa etária até aos 25 anos, temos um total de 29 indivíduos, dos quais 19 são mulheres e 10 são homens; na faixa etária dos 25 aos 44 temos um registo de 100 indivíduos, sendo 71 mulheres e 29 homens. No entanto, apesar de não existirem dados estatísticos exactos, verifica-se uma forte ocupação sazonal que faz oscilar os dados relativamente aos empregados, consoante as fases do ano e os ciclos de maior ocupação de mão-de-obra nas actividades agrícolas (sobretudo em plantações de tabaco).

Em relação às habilitações literárias, dos 251, 51 têm menos de 4 anos de escolaridade, 85 até ao 4º ano, 35 até ao 6º ano, o que manifesta uma clara falta de escolaridade neste grupo e conseqüente falta de formação profissional. Nas variáveis do desemprego, dos 251 indivíduos detectados 108 são

Desempregados de Longa Duração (70 mulheres e 38 homens) e 143 estão inscritos há menos de 1 ano (102 mulheres e 41 homens).

Pode ainda verificar-se que as freguesias onde o desemprego tem mais expressão, segundo os dados obtidos, e por ordem crescente, são:

- Idanha-a-Nova, com 47 desempregados;
- Ladoeiro, com 35;
- Zebreira, com 24;
- e, em ex-aequo, Medelim e S. Miguel D'Acha com 21 desempregados.

Em relação às restantes freguesias, todas elas apresentam números dentro do intervalo de 3 a 18 desempregados.

Pode-se efectivamente, afirmar que as freguesias com mais desempregados também serão aquelas que apresentam maior probabilidade em termos quantitativos, mas de realçar a título de exemplo, a freguesia de Penha Garcia, que de entre uma das mais numerosas (928 habitantes), conta com números de desemprego inferiores às suas pares.

Turismo

O Concelho de Idanha-a-Nova, devido às características únicas que reúne, quer climatéricas, de fauna e flora, recebe um número bastante significativo de turistas e transeuntes, os quais podem contar com o apoio informativo de postos de turismo e locais de atendimento, espalhados pelo concelho. Estes prestam informação, de actividades realizadas, locais a visitar, artesanato existente e onde o adquirir bem como as actividades de lazer disponíveis.

Economia e Tecido Empresarial

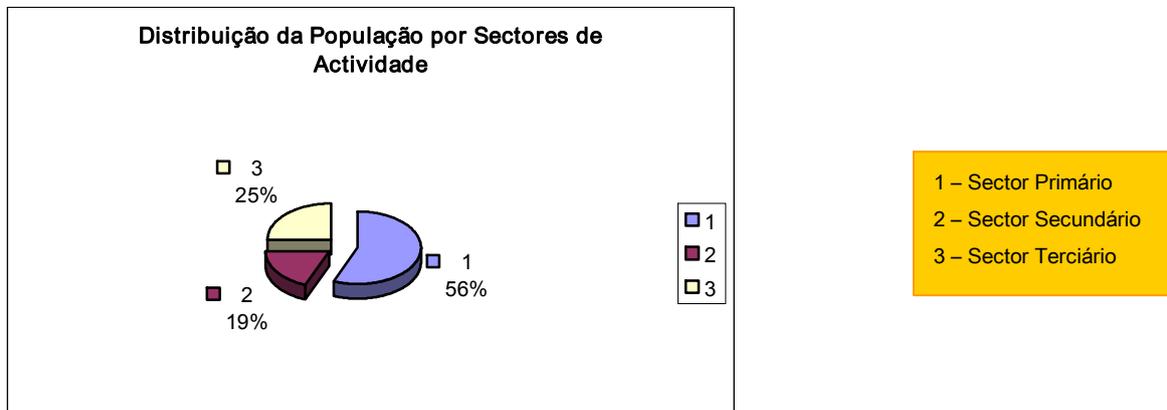
ECONOMIA, TECIDO EMPRESARIAL	1991	2001
Superfície agrícola utilizada		90777 ha (1999 – INE)
Superfície agrícola não utilizada		3357 ha (1999 – INE)
População agrícola		4901 ind. (1999 – INE)
N.º de empresas, número de sociedades e tipo de sociedades		Sociedades sediadas- 122 Empresas sediadas – 1152 “ Indústria Transformadora – 66 Soc. Sediadas – Ind. Transf. – 17 Pessoal serviço soc. Sediadas- 621 Pessoal Serviço Soc. Sed. Ind. Transf.-78 Soc. Constituídas – 17 Soc. Const. Ind. Transf. - 1
N.º de empresas/sociedades por sectores de actividade		Sociedades do sector primário- 22,1% Sector secundário- 21,3% Sector terciário- 56,6%
População residente empregada, segundo sector de actividade económica e sexo	Sector Primário – T-1367 H – 986 M- 381 Sector Secundário – T – 681 H-595 M- 86 Sector Terciário – T-1225 H-757 M- 468 Natureza Social- T-5365 H-2537 M- 2828 Actividade Económica – T-6227 H- 3782 M-2445	Sector Primário – 56% Sector Secundário – 19% Sector Terciário – 25%

Apesar da caracterização demográfica do concelho de Idanha-a-Nova se encontrar detalhada atrás, é importante para a análise económica da região retratar as principais características da população, uma vez que o potencial económico de determinada zona está estreitamente relacionado com as características do factor humano que nele predomina.

O Concelho de Idanha-a-Nova, regista dinâmicas populacionais extremamente recessivas denotando uma tendência de envelhecimento da população bastante superior à que se verifica em Portugal. Dado que a propensão para a mortalidade é francamente superior à natalidade, o concelho encontra-se numa situação de fragilidade em matéria de pressupostos para o desenvolvimento, na vertente dos recursos humanos disponíveis e das respectivas qualificações.

A estrutura de habilitações e qualificações da população reflecte também fortes debilidades estruturais na qualificação da população residente. A taxa de analfabetismo, na ordem dos 32,1%, é uma das mais elevadas da zona Centro, atingindo predominantemente a população feminina.

Um aspecto de capital importância para caracterizar a economia de determinada região, é a composição da sua população activa. No concelho de Idanha-a-Nova verifica-se que cerca de 56% da sua população activa encontra-se no sector primário, enquanto que o secundário representa 19% e o Terciário os restantes 25%.



A distribuição da população activa por sectores de actividade económica no concelho de Idanha-a-Nova é reveladora do peso elevado do sector primário (56%), sendo este o que de forma destacada emprega a maior percentagem de população activa, seguido dos sectores terciário e secundário.

Sendo um concelho fundamentalmente agrícola, possui, no entanto, outros segmentos relevantes, nomeadamente no sector da indústria transformadora, fileira agro-alimentar. O sector da construção civil apresenta também índices de actividade bastante importantes no concelho.

ZONA INDUSTRIAL DE IDANHA-A-NOVA

Com cerca de 50 hectares, a Câmara Municipal demarcou um espaço na zona de expansão próxima da vila, com o intuito de incentivar a implantação de pequenas e médias empresas. Estruturou o terreno, dotando-o de boas acessibilidades e oferece um conjunto de facilidades aos empresários para a sua instalação, como a venda de terrenos a preços simbólicos.

A Zona Industrial de Idanha-a-Nova, possui oitenta e dois lotes. Destes 2 foram utilizados para acessibilidades. 28 encontram-se em actividade, 2 estão

em construção e 23 estão atribuídos sem construção. Encontram-se 16 lotes livres e 11 não estão disponíveis.

A ocupação por tipo de comércio é predominantemente relacionado com o sector primário, nomeadamente a construção civil e a indústria transformadora. A percentagem de ocupação actual é de 35%.

ZONA INDUSTRIAL DE PENHA GARCIA

A Zona Industrial de Penha Garcia, substancialmente menor em termos de área, comparativamente à de Idanha-a-Nova, possui vinte e três lotes, dos quais, actualmente, oito encontram-se ocupados e com firmas em funcionamento, nove estão sujeitos a pedidos em fase processual e verificou-se apenas uma desistência em relação a um pedido de dois lotes.

A ocupação por tipo de comércio é predominantemente relacionado com o sector primário, nomeadamente com a indústria transformadora e com a agropecuária, sendo que em termos de construção civil, há registo apenas de uma firma.

A percentagem de ocupação actual é de 34.8% da área disponível.

Transportes e Acessibilidades

No que concerne às vias de comunicação e acessibilidades, é sobretudo em relação a estas últimas que existem mais dificuldades, concretamente em relação à rede de transportes.

Sendo um concelho bastante extenso e de interior, o acesso a bens e serviços tem dificuldades acrescidas. A rede de transportes públicos, bem como o seu horário e cobertura geográfica, são não só manifestamente reduzidos, como acentuam a interioridade do território, e diminui não só o acesso a bens e serviços centrados na sede de concelho, como também nos que se encontram extra concelho. Além disto, o seu funcionamento é fortemente condicionado pelos períodos escolares, sendo desta forma, extremamente reduzido, aquando dos períodos de férias.

Neste domínio a autarquia tem vindo a assumir um importante papel, já que no âmbito da iniciativa do Cartão Raiano +65, a funcionar a partir do seu Gabinete de Acção Social e Saúde, entre outras acções, tem uma rede de transportes alternativos que abrange todo o Concelho e que funciona os cinco dias úteis da semana, sendo a sua utilização gratuita para os utentes do Cartão Raiano +65.

A restante população utiliza igualmente estes transportes mediante pagamento de título de transporte.

Esta iniciativa veio contribuir para o aumento da mobilidade da população, nomeadamente no acesso a bens e serviços usualmente centrados na sede de Concelho.

No entanto, e inclusivé como foi observado nos fóruns comunitários, os transportes extra concelho são insuficientes e aquém do desejável. Isto é também um dos factores que leva à não fixação de pessoas. Exemplificando, mesmo que uma pessoa arranje emprego fora do concelho, suponhamos que na sede de distrito que fica apenas a 30 Km, se não tiver viatura própria e um salário confortável que permita um investimento no combustível, não existe nenhuma alternativa que viabilize o residir neste concelho e trabalhar noutro, que apesar de próximo, com estas condicionantes fica extremamente distante.

Síntese dos conteúdos mais relevantes

O concelho de Idanha-a-Nova, o quarto mais extenso do País e o terceiro mais envelhecido, depois de Vila Velha de Ródão e Alcoutim, é composto por dezassete freguesias. É, pelas suas características, um território rural, com problemas de ordem social comuns a outros concelhos de interior, i.e., população envelhecida, falta de mão-de-obra qualificada e de oferta de emprego.

Tem como desafios essenciais no âmbito do desenvolvimento social, implementar medidas para a qualidade de vida dos residentes no concelho, sobretudo dos mais vulneráveis, nomeadamente jovens e idosos e desenvolver estratégias para o desenvolvimento económico que possam contribuir de

forma decisiva não só para o referido anteriormente como também para a fixação de pessoas através do aumento e diversificação da oferta de emprego.

Em termos de perfil social, a população do Concelho de Idanha-a-Nova, além do já óbvio e constatado envelhecimento populacional e do seu paulatino decréscimo, devido à continuidade das situações estruturais que induzem ao êxodo e à baixa natalidade e que atingem sobretudo as faixas etárias entre os 0 e os 24 anos, possui vulnerabilidades em outras áreas.

Relativamente à **educação e emprego**, existe um desfalque de habilitações literárias que alimenta em termos geracionais, uma desqualificação geral, o que faz com que em termos de sectores de actividade económica tenhamos à cabeça o sector primário, com a agricultura, seguido da construção civil, e finalmente, o dos serviços.

O quadro geral do **emprego e formação profissional** manifesta uma necessidade urgente de intervenção responsável alicerçada em estratégias que viabilizem a empregabilidade e promovam um aumento dos níveis de escolaridade.

De referir as baixíssimas habilitações escolares da população em geral. Marcada pelo abandono escolar, reproduz-se ciclicamente a referida mão-de-obra desqualificada e fortemente desmotivada em termos de perspectivas futuras.

Verifica-se que o sector da **indústria** é o mais débil. Com alguns sinais de investimento, nomeadamente, nas áreas da criação de associações de produtores de produtos biológicos de forma a capitalizar, principalmente, a produção de carne e derivados, já tradicionais no concelho e a poderem candidatarem-se a lugares de privilégio no mercado consumidor, é visível uma intenção de aposta na qualidade dos produtos certificados para fazer face a uma lógica de mercado cada vez mais competitiva.

Pretendemos enfatizar, no quadro da **igualdade de oportunidades**, a situação das mulheres, que são as mais atingidas pelo desemprego como também detentoras das mais baixas qualificações.

Num concelho tão envelhecido em que cerca de 40, 76% da sua população tem mais de sessenta e cinco anos, os **equipamentos sociais de apoio à comunidade e idosos**, têm um importante papel. Estando presentes em todas as freguesias, possuem uma vantagem a dinamizar e um potencial que é o do trabalho alargado a toda a comunidade, indo para além do apoio directo a idosos. Desta forma, além de ser importante qualificar e estimular positivamente quem desempenha funções nestas entidades para uma maior qualidade do serviço prestado, pode haver uma maior rentabilização destes equipamentos. No entanto, possuem uma série de necessidades a que se deve dar uma especial atenção.

As necessidades revelam-se a vários níveis. De realçar, no entanto, a importância de um apoio em termos técnicos, para a gestão geral da instituição. De notar que a percentagem de técnicos actualmente presente é extremamente baixa.

Em termos de problemáticas específicas de **grupos sociais marginalizados** ou especialmente vulneráveis, de destacar por um lado, as pessoas com problemas de adicções, nomeadamente, Alcoolismo e Toxicoddependência, e por outro, as pessoas portadoras de deficiência. Além de não haver um diagnóstico específico da situação e perfis destes grupos, em termos caracterizadores, não existe uma definição concreta das suas necessidades e do que poderá ou deverá ser captado em termos de recursos e respostas. No entanto, segundo dados do CAT de Castelo Branco, de destacar que no distrito, o concelho de Idanha-a-Nova é o segundo com mais casos de toxicoddependência, registados nesse serviço.

Não conhecendo estas realidades concretas, desconhecemos o impacto que têm, seja a nível micro (ex.: impacto directo nas famílias), seja a nível macro (ex.: impacto em termos de exclusão e desequilíbrio sociais).

Ainda nos grupos específicos temos a situação emergente da população de etnia cigana. Com cerca de 317 pessoas que significam no total da população residente 2,7%, não estão apurados quais os desajustes que poderão no futuro criar situações de tensão ou atrito social, sendo que na freguesia da Zebreira significam cerca de 25% da população ali residente.

Finalmente, ainda no âmbito das áreas que merecem especial interesse e agora a um nível mais geral, de referir a importância que o investimento na saúde pode ter em termos de consequência na qualidade de vida da população do concelho. Como vamos referir no respectivo capítulo, dado termos um alto índice de envelhecimento, a idade acarreta fragilidades diversas, entre as quais e a mais importante, ao nível da satisfação das necessidades básicas, encontra-se, imprescindivelmente, a saúde. De realçar que a saúde num sentido lato, abrange as dimensões do bem-estar físico e psíquico. Esta observação provém sobretudo do registado em fóruns comunitários, em que as populações até agora auscultadas, têm manifestado a importância de terem maior apoio médico, que se traduz essencialmente no alargamento dos períodos de atendimento médico actualmente em vigor.

Ainda relacionado com a satisfação de necessidades e direitos básicos, temos as questões relacionadas com o envelhecimento do parque habitacional e urgência de intervenção. Como vai ser mais exhaustivamente referido, da mesma forma que temos um alto índice de envelhecimento, isso tem repercussões com um efeito de *boomerang*. Pelo facto de existirem muitos idosos, beneficiários de pensões de valores muito baixos, cujos valores se revelam muitas vezes insuficientes para suprir necessidades básicas como a alimentação, colocando obviamente fora do seu alcance qualquer possibilidade de investimento na habitação. Estando as casas cada vez mais degradadas, não adaptadas ao nosso microclima e muito menos às necessidades de acessibilidade, isso retorna e reflecte-se na qualidade de vida dos idosos, que de ser melhorada neste concelho.

Em suma, o Concelho com características acentuadamente de interior rural, tem sido condicionado por factores, como:

- a situação periférica do ponto de vista geográfico que resulta num afastamento dos centros de decisão regional e nacional, com profundas repercussões no campo social;
- uma população muito envelhecida e cuja regeneração foi bastante afectada pelo êxodo rural e pelo baixo índice de natalidade;
- baixíssimas qualificações da população activa;

- desertificação de grande parte do território;
- carências ao nível das infra-estruturas capazes de fixar a população em idade activa;
- necessidade de rentabilização, qualificação e adequação das respostas sociais existentes, às necessidades da população;
- êxodo específico de idosos em situação de dependência que não encontram resposta a nível concelhio (ex.: Lar).

1.3. Articulação com outros níveis de Planeamento

QCA III- (2000-2006) – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social / QCA IV - (2007-2013)

O 3º QCA assume os seguintes domínios de intervenção:

- Valorização do Potencial humano, no qual os progressos que foram assinaláveis em vários domínios portugueses revelaram-se muito insuficientes no que respeita á qualificação das pessoas e aos resultados obtidos em termos de produtividade.
- Actividade Produtiva, no qual se pretende acréscimos de produtividade, através do apoio ás estratégias empresariais, o progresso científico e inovação tecnológica e o reforço dos serviços avançados ás empresas. Prevêem-se também intervenções de apoio á agricultura e desenvolvimento rural e ás pescas.
- Estruturação do território, determina-se orientações quanto á construção de infra-estruturas compatíveis com a preservação do ambiente e quanto ao apoio ao desenvolvimento da regiões portuguesas, na perspectiva da correcção dos principais desequilíbrios e assimetrias regionais.

A operacionalização dos domínios acima referidos, concretiza-se através de quatro eixos, são eles:

Eixo 1

Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social

Eixo 2

Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades de futuro

Eixo 3

Afirmar o valor do território e da posição geo-económica do país

Eixo 4

Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional

PO Centro - Plano Operacional Regional do Centro (2000-2006)

O PO-Centro, financiado pelo III Quadro Comunitário de Apoio, permite á Região Centro, desenvolver os seus recursos endógenos capazes de assegurar as condições necessárias a um desenvolvimento sustentável e autónomo de ajudas financeiras. O documento do PO – Centro, elaborado pela Comissão de Coordenação da Região Centro, apresenta o diagnóstico da situação económica-social e ambiental da Região Centro, os objectivos de desenvolvimento regional definidos para o período 2000-2006, e os eixos prioritários e respectivas medidas que irão procurar concretizar aqueles objectivos, enquadrando iniciativas de investimentos de natureza pública e privada. O documento estabelece ainda o quadro de gestão, acompanhamento e controlo da execução do PO Centro.

Eixo I

Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal

Eixo II

Acções Integradas de base territorial

Eixo III

Intervenções da Administração Central Regionalmente desconcertada

PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

O PNAI procura promover a inclusão de todos os residentes, garantindo o acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços, bem como promover a igualdade de oportunidades de participação social numa sociedade com melhor qualidade a maior coesão.

Constitui pois um instrumento que visa aprofundar a capacidade de actuar sobre as causas dos problemas e não apenas sobre as suas manifestações, intervindo quer sobre as estruturas institucionais, quer sobre as atitudes individuais, numa óptica de desenvolvimento do país.

Objectivos:

- Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços.
- Prevenir os Riscos de Exclusão.
- Actuar em favor dos mais vulneráveis.
- Mobilizar o Conjunto dos Intervenientes.

PNE – Plano Nacional de Emprego

O Plano Nacional de Emprego incide essencialmente nos seguintes objectivos gerais:

- Promover uma transição adequada dos jovens para a vida activa;
- Promover a inserção sócio-profissional e combater o desemprego de longa duração e a exclusão;
- Melhorar a qualificação de base e profissional da população activa, numa perspectiva de formação ao longo da vida, nomeadamente como forma de prevenção do fenómeno de desemprego;
- Gerir de forma preventiva e acompanhar os processos de reestruturação sectorial;

II. DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO

" *Geralmente os diagnósticos realizados apresentam uma grande diversidade de campos potenciais de intervenção, no entanto, os recursos disponíveis – financeiros, técnicos ou humanos – não permitem uma intervenção em todas as frentes. Torna-se por isso necessário seleccionar os campos prioritários de intervenção.* " in "Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção" de Isabel Carvalho Guerra

2.1 Critérios de Selecção

Os critérios de selecção utilizados, partiram de uma proposta específica da nossa assessoria e foram consensualmente aceites e aplicados.

Para efeitos de ordenação das prioridades, consideraram-se os problemas que apresentassem em simultâneo um alto grau de gravidade e uma baixa dificuldade de resolução. Em caso de idêntico grau de gravidade e de dificuldade de resolução, deverá ser ponderado até que ponto a sua solução estará ao alcance das instituições e/ou entidade presentes no CLAS.

Aplicaram-se, para o efeito, grelhas de análise que permitiram classificar cada um dos problemas à luz da sua **Dificuldade de Resolução e Gravidade** e, por consequência, seleccionar com critério mais uniforme as prioridades.

Critérios para a aferição da Dificuldade de Resolução:

- *Objectivos da Rede Social e vocação dos parceiros*

Aproximação da intervenção solucionadora do problema aos objectivos associados à Rede Social e à vocação dos parceiros que a constituem. Pondere-se igualmente a aproximação à sensibilidade dos decisores.

- *Meios / parcerias disponíveis*

Recursos materiais, financeiros e/ou humanos disponíveis. Disponibilidade potencial dos parceiros para agirem.

- *Medidas já empreendidas ou em projecto*

Coexistência e compatibilidade com medidas já previstas pelos parceiros ou já em execução.

- *Possibilidade de resultados a curto/médio prazo*

Condições favoráveis à viabilização de uma solução no seio da Rede Social e num curto ou médio prazo.

Critérios para a aferição da Gravidade:

- Número de pessoas atingidas/extensão do problema;
- Grau de vulnerabilidade dos grupos-alvo directamente afectados;
- Importância para os grupos atingidos;
- Importância para os técnicos/ serviços envolvidos;
- Reprodutibilidade (extensão) dos efeitos deste problema sobre outros problemas.

Critério adicional:

Nos casos em que se justifique e adquira particular importância, equacionar ainda a ponderação de um critério adicional, o da "**reprodutibilidade da solução**", isto é, a "capacidade motriz" da solução de um dado problema sobre a solução de outros problemas. Ou, por outras palavras, a ponderação do modo como uma determinada intervenção solucionadora pode contribuir igualmente para a resolução de outros problemas

2.2 Metodologias

A metodologia de trabalho centrou-se nos produtos das reuniões do CLAS e do Núcleo Executivo, sendo que nas desta última instância, passámos a contar com a presença da assessoria, que trouxe uma mais-valia, ao nível da supervisão do trabalho e da estruturação e aplicação de formas de análise e formulação organizativas da informação recolhida até ao momento.

Proveniente da reunião CLAS e ainda constante do Diagnóstico Social, foi elaborada uma Nuvem de Problemas, geradora de discussão e reflexão acerca das problemáticas do concelho. Em termos de abrangência da população geral

do concelho, foram realizados, na maior parte das freguesias, fóruns comunitários em que o objectivo foi o de auscultar as necessidades sentidas pela população e por outro lado, a incidência/prevalência territorial das mesmas.

Finalmente, o núcleo executivo, trabalhou e digeriu as informações provenientes do CLAS e dos Fóruns Comunitários, aplicando igualmente à selecção das problemáticas as grelhas de análise, referenciadas no ponto anterior.

2.3 Identificação dos Eixos de Intervenção

Foi possível detectar vários problemas e necessidades, os quais foram agrupados em grandes questões problemáticas, que definimos por eixos de intervenção, nomeadamente:

Eixo A – QUALIFICAÇÃO ESCOLAR E SÓCIO PROFISSIONAL – onde estão incluídos os problemas de Abandono Escolar, Requalificação de Activos, Empregabilidade e Inserção Profissional.

Eixo B – INTERVENÇÃO DIRIGIDA A GRUPOS ESPECÍFICOS – que engloba os problemas de Toxicodependência, Alcoolismo e Pessoas Portadoras de Deficiência.

Eixo C – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO Á COMUNIDADE – que engloba os problemas da Insuficiente Cobertura de Serviços e Cuidados de Saúde, Necessidade de Adequação/Qualificação dos Equipamentos de Apoio a Idosos e Ampliação do Tempo e Locais de Atendimento Integrado.

III. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.1 EIXO A – QUALIFICAÇÃO ESCOLAR E SÓCIO-PROFISSIONAL

a) Abandono Escolar

OBJECTIVOS GERAIS

- Diminuir o Abandono Escolar.
- Proporcionar um ensino com qualidade.
- Criação de medidas que previnam o abandono escolar.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Melhorar a qualidade do ensino e apoiar o acesso à educação dos alunos mais desfavorecidos do concelho.
- Constituição de um grupo de trabalho para implementação do projecto-piloto.
- Incentivar os jovens em situação de abandono precoce a frequentarem a Biblioteca Multimédia Itinerante em todas as freguesias do concelho.
- Criação de programas de actividades complementares.
- Criação e alargamento do número de actividades de tempos livres (ATL'S).

ESTRATÉGIAS

- Gestão em parceria dos recursos: administração local, agentes de educação, entre outros.
- Promover a interacção da escola com o meio envolvente.
- Integração no projecto de intervenção de professores em situação de desemprego.
- Definir na planificação da linha de actuação da biblioteca multimédia Itinerante o apoio aos alunos em risco de abandono ou que

abandonaram precocemente a escola ou o ensino, em articulação com o projecto " Viver + Idanha", integrado na programa Progride.

- Sensibilização e auscultação da comunidade educativa (encarregados de educação, professores, associação de pais, alunos, instituições e população em geral).
- Sessões de esclarecimento sobre percursos alternativos, aos alunos e encarregados de educação.

ACÇÕES A DESENVOLVER

- Dinamizar e protocolar a parceria para a constituição de um grupo de trabalho dotado de autonomia a capacidade de decisão, com vista à concepção e desenvolvimento do projecto-piloto.
- Diagnóstico das situações de abandono escolar ou em risco de abandono precoce.
- Acções de Prevenção, do Despiste e Identificação de situações.
- Acções de Apoio e Encaminhamento.
- Sessões de orientação escolar e profissional aos alunos do 9º ano, em articulação com o Centro de Emprego.
- Levantamento de actividades complementares existentes.
- Definir actividades complementares a implementar para o ano lectivo.
- Realizar protocolos com associações culturais, recreativas e desportivas locais, com vista à criação de actividades de tempos livres (ATL 's).
- Colocar em funcionamento a Oficina Multimédia/Itinerante, em articulação com o projecto " Viver + Idanha ", em 2007.
- Construir um modelo integrado de intervenção para combate ao abandono escolar.

RESULTADOS ESPERADOS

- Diminuição do abandono escolar.
- Constituição de uma parceria efectiva da Comunidade Educativa.
- Sinalização regular e actualizado da situação e perfil escolares.
- Articulação de respostas às situações de risco identificadas.

- Maior envolvimento dos encarregados de educação no processo educativo.
- Conhecimento por parte de alunos e pais sobre os percursos alternativos.

PARCERIAS

- Agrupamento de Escolas
- Associação de Pais
- Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- Juntas de Freguesia
- Instituições particulares de solidariedade social (IPSS's)
- Centro de Emprego de Castelo Branco
- Segurança Social / CPCJ / RSI
- Projecto "Viver + Idanha", do programa Progride
- Coordenação Educativa de Castelo Branco – DREC
- Instituto Português da Juventude – Delegação Regional de Castelo Branco
- Centro de Revalidação e Certificação de Competências

RECURSOS

- Professores em situação de desemprego.
- Materiais a serem disponibilizados pelos parceiros
- Recursos Humanos de todos os parceiros envolvidos.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- Protocolo Regulamentado com os parceiros.
- Nº de escolas envolvidas no projecto piloto.
- Nº de pais envolvidos no projecto-piloto.
- Nº de alunos envolvidos no projecto-piloto
- Nº de alunos em risco de abandono e beneficiados pelas acções do projecto – piloto.

- Nº de alunos que beneficiaram das acções do projecto – piloto e que transitaram de ano.
- Monitorização da taxa de abandono escolar.
- Taxa de sucesso escolar.
- Nº de alunos que ingressa nos percursos alternativos
- Taxa de adesão dos alunos às actividades complementares.
- Nº de ATL ´S realizados no concelho.
- Acções de despiste.
- Acções de acompanhamento.
- Entidades envolvidas nas acções de despiste.
- Entidades envolvidas nas acções de apoio e acompanhamento.

b) Requalificação de Activos

OBJECTIVOS GERAIS

- Aumentar o nível de qualificação de activos nas áreas da restauração e turismo.
- Adaptar os cursos de formação às necessidades do tecido empresarial do concelho.
- Construir um plano anual de formação.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as necessidades de formação no concelho de Idanha-a-Nova.
- Articulação mais estreita com os empresários da região.
- Contribuir para a progressão profissional dos recursos humanos através da sua qualificação.
- Promover a formação continua e definir acções de formação.

ESTRATÉGIAS

- Diagnóstico sobre as necessidades de qualificação da população do concelho.

- Cooperação e intervenção junto do tecido empresarial, estabelecimentos de ensino e entidades de formação que actuam no concelho.
- Articulação e cruzamento de informação entre os parceiros e entidades envolvidas.

ACÇÕES A DESENVOLVER

- Levantamento e sinalização de necessidades de qualificação, junto de empregadores e de entidades de formação.
- Dinamizar e protocolar a parceria para a definição e concretização dos objectivos comuns aos parceiros envolvidos.
- Acções de coordenação e intervenção integrada entre as entidades envolvidas de modo a ser definido um plano anual de formação adequado ás necessidades de formação do tecido produtivo/empresarial.
- Estabelecer contactos e reuniões periódicas para troca de informações, e análise da evolução das situações.
- Construir um plano anual de formação.
- Implementar as acções de formação definidas no plano.
- Colóquio/debate com empresários na área do turismo e restauração do concelho e para a comunidade em geral, com formato e temáticas a definir.

RESULTADOS ESPERADOS

- Activos mobilizados para as acções de formação.
- Diagnóstico de necessidades partilhado pelas entidades.
- Ajuste entre oferta e procura formativa.
- Diminuição da sobreposição de acções de formação levadas a cabo pelas entidades formadoras.
- Existência de oferta formativa específica direccionada para o tecido produtivo/empresarial.

PARCERIAS

- Centro de Emprego de Castelo Branco
- Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

- Juntas de Freguesia
- IPSS 's
- Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova
- Entidades formativas a actuar no concelho
- Empresários/Nercab
- Instituto Português da Juventude – Delegação Regional de Castelo Branco
- Centro de Revalidação e Certificação de Competências

RECURSOS

- Humanos, materiais e instalações a disponibilizar pelos parceiros

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- Acções de formação realizadas no concelho pelo Centro de Emprego e Entidades Formativas.
- Nº de activos que participaram nas acções de formação.
- Distribuição territorial das acções pelo concelho.
- Nº de empresários envolvidos.
- Existência de um protocolo de parceria.

c) Empregabilidade e Inserção Profissional

OBJECTIVOS GERAIS

- Facilitar a inserção profissional, de pessoas em exclusão social.
- Diminuir o n.º de jovens licenciados desempregados.
- Diminuir o n.º de desempregados de longa duração.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Apoiar a inserção no mercado de trabalho de jovens licenciados desempregados e desempregados de longa duração.

- Maior envolvimento dos empresários locais na vida activa das escolas.
- Definição de um plano de acção entre a autarquia , UNIVA , juntas de freguesia, IPSS ´s e empresários.
- Realização de protocolos de acolhimento de estagiários oriundos de cursos de formação do concelho, entre as entidades de formação e entidades empregadoras.
- Promoção de iniciativas de formação e emprego que respondam às necessidades do tecido empresarial da região.
- Qualificação de pessoas excluídas do mercado de trabalho em situação de exclusão social.
- Aumentar o nível de escolaridade da população alvo.

ESTRATÉGIAS

- Articulação com a UNIVA para a mobilização de recursos existentes na comunidade para a inserção dos casos de desemprego identificados.
- Sensibilização das entidades existentes no concelho, por forma a aderirem aos mecanismos sócio-profissionais.
- Adequar os recursos disponibilizados pelo IEFP às necessidades locais, nomeadamente, programas a apoio á criação do próprio emprego e apoio á contratação.
- Inserir os jovens licenciados no mercado de trabalho através de estágios profissionais.
- Inserir os desempregados de longa duração no mercado de trabalho através da criação de programas ocupacionais junto das entidades, e através do apoio á criação do próprio emprego.
- Adequação dos cursos de formação às necessidades do mercado de trabalho do concelho.

ACÇÕES A DESENVOLVER

- Levantamento e sinalização do n.º e perfil dos jovens licenciados desempregados, desempregados de longa duração e em situação de exclusão social.

- Acções de sensibilização e informação sobre programas de apoio á criação do próprio emprego e apoio à contratação, em articulação com o centro de emprego e UNIVA.
- Reuniões periódicas com empregadores, estabelecimentos de ensino e centro de emprego para troca de informações, e análise da evolução das situações.
- Definir um plano de actuação de combate ao desemprego.
- Informar a população, acerca dos recursos existentes na área do emprego e da formação profissional, em colaboração com as juntas de freguesia e UNIVA.
- Acções de formação dirigidas aos públicos alvo.

RESULTADOS ESPERADOS

- Facilitar a inserção no mercado de trabalho dos jovens licenciados e dos desempregados de longa duração.
- Melhorar as condições de empregabilidade.

PARCERIAS

- Centro de Emprego de Castelo Branco
- Juntas de freguesia
- Município de Idanha-a-Nova
- Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Empresários
- Coordenação Educativa de Castelo Branco – DREC
- Instituto Português da Juventude – Delegação Regional de Castelo Branco
- Centro de Revalidação e Certificação de Competências

RECURSOS

- Humanos, financeiros, materiais e instalações a disponibilizar pelos parceiros.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- Nº de estágios profissionais criados.
- Nº de pessoas que criaram o próprio emprego.
- Nº de pessoas inseridas no mercado de trabalho.
- Nº de acções de formação realizadas.
- Nº de pessoas abrangidas pelas acções de formação.
- Nº de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização e informação.

3.2 EIXO B – INTERVENÇÃO DIRIGIDA A GRUPOS ESPECÍFICOS EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL

a) Toxicodependência e Alcoolismo

OBJECTIVOS GERAIS

- Conhecer a realidade da toxicodependência e alcoolismo do concelho.
- Prevenção dos consumos precoces.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Diagnóstico da situação com desenho do perfil de consumos e incidência territorial.
- Identificar, informar e encaminhar dependentes para processos de tratamento.
- Implementação de acções de sensibilização e prevenção.
- Prevenção de consumos iniciais através do envolvimento mais participativo das escolas e dos encarregados de educação.
- Mediar condições mais favoráveis à inserção profissional de pessoas com problemas de alcoolismo e toxicodependência, através da criação de uma Comissão de Acompanhamento.

- Facilitar a interacção entre unidades de tratamento e programas/acções de inserção.

ESTRATÉGIAS

- Articulação com o diagnóstico social.
- Estudo da Exclusão Social do concelho.
- Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS).
- Articulação e interacção entre os serviços de : Centro de saúde, Câmara, Segurança social, IDT, UNIVA.
- Serviço de Atendimento local.
- Criação de medidas para a prevenção e identificação de comportamentos de risco.
- Levantamento e candidatura de programas existentes a nível nacional e comunitários dirigidos para a prevenção e tratamento de dependências.
- UNIVA.
- Regulamento de Estratos Sociais Desfavorecidos – ocupação social autárquica.
- Implementação de Empresas de inserção, Programa Vida Emprego.

ACÇÕES A DESENVOLVER

- Levantamento/identificação do n.º e perfil das pessoas com problemas de toxicodependência e alcoolismo e respectivo perfil de consumo.
- Definir alternativas de acção, de acordo com o nível de incidência e prevalência no concelho.
- Constituir uma comissão de prevenção em meio escolar e comunidade em geral.
- Sessões de informação e desenvolvimento de acções de prevenção dirigidas às escolas do concelho.
- Adoptar uma estratégia global de articulação com as parcerias.
- Candidatura a programas de prevenção e tratamento de dependências.

RESULTADOS ESPERADOS

- Diagnóstico actualizado sobre os casos de dependência existentes, por freguesia e por tipo de dependência.
- Melhorar a informação em meio escolar e na comunidade em geral, através das sessões de informação..
- Diminuição dos comportamentos de risco.

PARCERIAS

- Centro de Saúde de Idanha-a-Nova
- Câmara Municipal
- Agrupamento de escolas
- Juntas de Freguesia
- Segurança Social
- IPSS 's
- Centro de Atendimento e Tratamento de Castelo Branco (CAT)
- Instituto de Droga e Toxicodependência.
- Instituto Português da Juventude – Delegação Regional de Castelo Branco

RECURSOS

- Recursos humanos, instalações e materiais a disponibilizar pelas parcerias.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- Nº de escolas abrangidas pelas sessões de informação e sensibilização.
- Nº de alunos, pais e professores que frequentaram as acções.
- Nº de pais e professores envolvidos nas acções.
- Nº e tipo de acções realizadas.

b) Pessoas Portadoras de Deficiência

OBJECTIVOS GERAIS

- Diagnóstico e levantamento das necessidades das pessoas com deficiência no concelho.
- Identificação da dimensão do problema, sua cobertura e capacidade de resolução.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Melhorar o conhecimento do tipo de necessidades e problemas.
- Conhecimento do nível de cobertura, sua eficiência e eficácia.
- Reorganização de serviços e respostas existentes ao nível do apoio domiciliário.
- Eliminação de barreiras arquitectónicas.
- Mediar e facilitar o acesso à informação, a recursos e a apoios existentes.
- Mediar o acesso a apoios a nível local e nacional por parte das entidades da região.

ESTRATÉGIAS

- Articulação e interligação de informação e apoios prestados pelos diferentes serviços, nomeadamente a Segurança social, o centro de Saúde e o Município de Idanha-a-Nova.
- Articulação com o projecto da Câmara Municipal "Regulamento Estratos Sociais Desfavorecidos".
- Articulação com os projectos cofinanciados pelos programas PROGRIDE e POEFDS.
- Implementação do observatório social local.
- Sensibilização junto dos intervenientes locais.
- Candidaturas a programas direccionados para o melhoramento das condições de vida das pessoas com deficiência.
- Identificação do tipo de apoio que cada parceria pode facilitar.

- Reuniões com IPSS de modo a se definir as rotas de apoio domiciliário.

ACÇÕES A DESENVOLVER

- Sinalização dos casos, caracterização, avaliação das necessidades e da capacidade de resposta.
- Acções de informação junto da população em colaboração com as juntas de freguesia e IPSS's.
- Recolha periódica de informação junto das entidades competentes e de formulários de candidatura a apoios existentes.
- Realização de um plano anual de trabalho entre os parceiros envolvidos.
- Definição dos serviços específicos a prestar pelos serviços de apoio ao domicílio.
- Criação de uma equipa de acompanhamento constituída por elementos das entidades promotoras.
- Diagnóstico e eliminação de barreiras arquitectónicas.

RESULTADOS ESPERADOS

- Melhor aproveitamento dos apoios existentes.
- Eliminação de barreiras arquitectónicas.
- Construção de um processo de diagnóstico das necessidades e das respostas.
- Melhoria do dispositivo e acompanhamento de resolução dos casos identificados.

PARCERIAS

- IPSS's
- Câmara Municipal
- Juntas de Freguesia
- Segurança Social
- Centro de Saúde de Idanha-a-Nova
- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Castelo Branco(APPACDM)

RECURSOS

- Humanos, instalações e materiais a disponibilizar pelos parceiros.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- Nº de pessoas com deficiência identificadas no concelho e patologias associadas.
- Número de encaminhamentos, tipos de problemas e tipo de apoios prestados.
- Sinalização de barreiras arquitectónicas.
- Nº de requalificações efectuadas.
- Nº e tipo de barreiras arquitectónicas identificadas.
- Nº e tipo de barreiras eliminadas.

3.3 EIXO C - REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO À COMUNIDADE

a) Insuficiente cobertura de serviços e cuidados de Saúde

OBJECTIVOS GERAIS

- Aumentar a cobertura de serviços de cuidados de saúde.
- Identificação, estudo da eficiência dos meios e sua capacidade de gestão.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Criação de uma rede de serviços de cuidados de saúde para ampliar a eficácia dos serviços existentes.
- Aumentar em cada freguesia os serviços de cuidados básicos de saúde.

ESTRATÉGIAS

- Articulação e interacção com os recursos institucionais existentes.
- Articular com o projecto " Viver + Idanha" através da sua unidade móvel de saúde, estando previsto o seu funcionamento para início de 2006.
- Sensibilização institucional e junto das comunidades locais.
- Articulação com o Plano Nacional de Saúde.
- Articulação com o Centro de Saúde.

ACÇÕES A DESENVOLVER

- Acções de divulgação à população em geral, sobre a Unidade Móvel de Saúde e o tipo de cuidados que presta.
- Colocação em funcionamento da Unidade Móvel de Saúde para o início do segundo trimestre de 2006.
- Definição de um plano de acção, no âmbito do Plano Nacional de Saúde.
- Reuniões de avaliação com parceiros.
- Definição de possíveis cenários de actuação.
- Diagnóstico das necessidades de cuidados de saúde nas várias freguesias.

RESULTADOS ESPERADOS

- Alargamento do horário e frequência de atendimentos, como resultado da actuação da unidade móvel de saúde.
- Aumento da capacidade de resposta às necessidades de prestação de cuidados.
- Melhoria da intervenção preventiva e de detecção precoce de problemas de morbilidade por freguesia.

PARCERIAS

- Centro de Saúde de Idanha-a-Nova
- Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento – Projecto “Viver + Idanha”
- Câmara Municipal
- Juntas de freguesia
- IPSS´s
- Segurança Social

RECURSOS

- Técnicos e Materiais a disponibilizar pelo projecto “Viver + Idanha”.
- Instalações disponibilizadas pelos parceiros.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- Nº e tipo de atendimento por freguesia.
- Frequência dos atendimentos.
- Nº de cuidados de saúde prestados/tipo de cuidados.
- Nº e tipos de acções preventivas/n.º de pessoas abrangidas.

b) Necessidade de adequação/qualificação dos equipamentos de apoio a idosos

OBJECTIVOS GERAIS

- Melhorar a rede e condições físicas bem como o funcionamento dos equipamentos sociais de apoio a idosos.
- Contribuir para a promoção da actividade ocupacional e de estimulação cognitiva das pessoas idosas.
- Contribuir para a integração das pessoas idosas nas respectivas comunidades, designadamente através de uma maior interacção ao nível das actividades ocupacionais.

- Rentabilizar os laços sociais e as relações interpessoais nas comunidades locais.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Reforçar e qualificar tecnicamente a actuação das instituições.
- Qualificar os recursos humanos.
- Requalificar os equipamentos e serviços sociais de apoio a idosos em determinadas valências, alargando as suas capacidades estruturais e funcionais.
- Criar e dinamizar projectos/programas sociais direccionados para esta faixa etária.

ESTRATÉGIAS

- Candidatura a programas comunitários e nacionais de apoio às infra-estruturas.
- Criar uma rede de intercâmbios de acções e respectiva avaliação entre instituições.
- Articulação com plano de formação do POEFDS.
- Articulação com programas /projectos sociais desenvolvidos pelas parcerias.
- Rentabilizar o espaço das instituições de apoio a idosos, abrindo-o às comunidades locais.

ACÇÕES A DESENVOLVER

- Criação do " Espaço Sénior ", sala de convívio para pessoas idosas, em Idanha-a-Nova.
- Animação comunitária.
- Intercâmbios institucionais, nomeadamente entre IPSS do concelho e outras localidades.
- Actividades de animação nas IPSS em articulação com as comunidades.
- Acções de formação para dirigentes, técnicos e funcionários das IPSS, co-financiadas pelo POEFDS.

RESULTADOS ESPERADOS

- Melhoria das condições de vida das pessoas idosas.
- Maior qualificação dos recursos humanos que trabalham na área gerontológica.
- Maior diversidade e frequência de actividades de animação para pessoas idosas.
- Maior valorização das pessoas idosas nas suas comunidades.

PARCERIAS

- IPSS 's
- Juntas de freguesia
- Câmara Municipal.

RECURSOS

- Recursos Humanos, instalações e materiais a disponibilizar pelos terceiros.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- Nº de pessoas idosas que aderem às actividades de animação.
- Nº de pessoas idosas que frequentam a sala de convívio.
- Nº e tipo de actividades intergeracionais e interactivas com a comunidade.
- Nº e tipo de iniciativas/produtos desenvolvidos pelas pessoas idosas para a comunidade.

c) Ampliação do tempo e locais de atendimento integrado

OBJECTIVOS GERAIS

- Melhorar as acessibilidades e a cobertura de equipamentos e serviços de apoio á comunidade.
- Melhorar o conhecimento das necessidades da população em relação aos jardins de infância.
- Elaboração da carta social do concelho.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Melhorar o conhecimento sobre a necessidade de alargamento do horário dos jardins de infância e escolas do 1º ciclo.
- Criação de um serviço de atendimento local (SAL) nas freguesias do concelho de acordo com as necessidades diagnosticadas na rede social.
- Aproximação do serviço ao cidadão.

ESTRATÉGIAS

- Estabelecimento de um protocolo de parcerias entre as várias entidades envolvidas no projecto onde constem o tipo e n.º de serviços prestados.
- Articulação de parcerias e serviços.
- Candidatura a programas.

ACÇÕES A DESENVOLVER

- Levantamento das necessidades locais de alargamento dos horários dos jardins de infância.
- Criar e dinamizar o serviço de atendimento local (SAL).
- Informatizar em rede os serviços de atendimento local.
- Acções de informação e divulgação dos SAL pelas freguesias do concelho.
- Articular com outros serviços e parcerias.

- Criar e dinamizar o serviço de atendimento local.
- Reuniões de equipa.
- Elaborar a carta social do concelho.

RESULTADOS ESPERADOS

- Criação de uma rede de atendimento concelhia.
- Melhorar a qualidade da informação prestada.
- Interacção entre serviços.
- Concretização da carta social.

PARCERIAS

- Juntas de Freguesia
- Câmara Municipal
- IPSS
- Segurança Social
- Centro de Emprego

RECURSOS

- Humanos, instalações e materiais a disponibilizar pelos parceiros.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- Nº de atendimentos efectuados.
- Nº de encaminhamentos.
- Carta Social do concelho.

IV. PLANO DE ACÇÃO 2006

Neste capítulo procede-se á operacionalização dos objectivos e estratégias formuladas no Plano de Desenvolvimento Social. Esta operacionalização será feita através da definição de um plano de acção para cada problemática.

O Plano de Acção descreve o que se pretende fazer, quando se pretende fazer, os parceiros encarregados das diferentes actividades e quais os recursos necessários para as realizar. As actividades decorrem da relação entre objectivos, meios e estratégias, pretendendo a concretização dos objectivos já definidos no Plano de Desenvolvimento Social.

Plano de Acção 2006

**EIXO A - QUALIFICAÇÃO ESCOLAR E SÓCIO -
PROFISSIONAL**

PROBLEMÁTICA - ABANDONO ESCOLAR

Actividades	2005			2006												Parceiros	Recursos	
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Reuniões com os parceiros	■	■											■				Agrupamento de escolas Câmara Municipal	Professores Materiais e instalações
Constituição de um protocolo				■	■												Associação de pais IPSS	a disponibilizar pelos parceiros
Constituição de um grupo de trabalho						■											Segurança Social Seg. Social/CPCJ/RSI	Professores no desemprego
Identificação das situações de abandono escolar ou em risco de abandono precoce							■	■	■								Projecto Progride	Técnicos do GASS
Planificação do Projecto Piloto													■	■			Centro de Emprego Coordenação Educat. de Castelo Branco	Recursos Humanos dos parceiros
Dinamização do Projecto Piloto															■	■	IPJ-Delegação de Castelo Branco	
Levantamento de actividades complementares existentes						■	■										RVCC-Idanha-a-Nova Escola Superior de Gestão	
Definição de novas actividades complementares										■	■							

Indicadores de Avaliação	Protocolo regulamentado pelos parceiros Nº de escolas envolvidas com projecto piloto Nº de pais e alunos envolvidos com o projecto piloto Sinalização do nº de alunos em risco de abandono e beneficiados pelas acções do projecto piloto Nº de alunos que beneficiaram das acções do projecto piloto e que transitaram de ano Nº de actividades complementares definidas Diagnóstico do Concelho
---------------------------------	---

PROBLEMÁTICA - REQUALIFICAÇÃO DE ACTIVOS

Actividades	2005			2006												Parceiros	Recursos	
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Contactos com empresários e parceiros																	Centro de Emprego de Castelo Branco	Humanos, materiais e instalações a disponibilizar pelos parceiros
Reuniões com empresários e parceiros																	Escola Profissional da Raia de Idanha-a-Nova	
Organização e preparação do colóquio																	Juntas de Freguesia Câmara Municipal	
Colóquio/debate com empresários																	IPSS Escola Sup. de Gestão	
Levantamento e sinalização de necessidades de requalificação junto dos empregadores																	Entidades formativas IPJ-Delegação de	
Construção de um plano anual de formação																	Castelo Branco Cent. De Form. Profissional RVCC-Idanha-a-Nova	

Indicadores de Avaliação	N° de empresários envolvidos N° de parcerias Constituição de protocolo Identificação de plano formativo
---------------------------------	--

PROBLEMÁTICA - EMPREGABILIDADE E INSERÇÃO PROFISSIONAL

Actividades	2005			2006												Parceiros	Recursos	
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Contactos/sensibilização com empresários e parcerias																	Centro de Emprego de Castelo Branco Univa Câmara Municipal IPSS Coordenação Educat. de Castelo Branco IPJ- Delegação de Castelo Branco RVCC-Idanha-a-Nova Escola Superior de Gestão	Humanos, materiais e Instalações
Reuniões com empresários e parcerias																		
Identificação do n.º e perfil dos jovens licenciados, DLD's e em situação de exclusão social.																		
Definição de um plano de acção																		
Criação de 5 estágios para jovens licenciados																		
Acções de informação sobre programas de apoio á criação do próprio emprego para desempregados de longa duração																		
Indicadores de Avaliação	N° de estágios profissionais criados N° de pessoas que criaram o próprio emprego N° de pessoas inseridas no mercado de trabalho N° de pessoas abrangidas pelas acções de informação																	

EIXO B - INTERVENÇÃO DIRIGIDA A GRUPOS ESPECIFICOS EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL

PROBLEMÁTICA - TOXICODEPENDÊNCIA E ALCOOLISMO

Actividades	2006												Parceiros	Recursos	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Contactos com parcerias	■													Centro de Saúde de Idanha-a-Nova	Humanos Instalações
Reuniões com parcerias		■												Câmara Municipal Juntas de Freguesia	Materiais
Diagnóstico sobre consumos e incidência territorial			■	■	■	■								Agrupamento de Escolas Seg. Social	
Constituição de uma comissão de prevenção em meio escolar						■	■							IPSS IDT/DRC	
Sessões de prevenção em meio escolar									■	■	■	■		IPJ- Delegação de Cast. Branco CAT Escola Superior de Gestão	

Indicadores de Avaliação	Constituição de diagnóstico Nº de escolas abrangidas pelas sessões de informação e sensibilização Nº de alunos, pais e professores que frequentaram as acções Nº e tipo de acções realizadas
---------------------------------	---

PROBLEMÁTICA - PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Actividades	2006												Parceiros	Recursos	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Contactos com as parcerias														Centro de Saúde de Idanha-a-Nova	Humanos Instalações
Reuniões e constituição de uma equipa de acompanhamento														Seg. Social IPSS	Materiais
Definição de um plano anual de trabalho														Progride Câmara Municipal	
Diagnóstico pessoas portadoras de deficiência														Juntas de freguesia Escola Superior de Gestão	
Diagnóstico de barreiras arquitectónicas															
Acções de intervenção ao nível do domicílio															
Acções de divulgação ao nível das ajudas técnicas															

Indicadores de Avaliação	Identificação das pessoas com deficiência no concelho e patologias associadas Nº de encaminhamentos e tipos de apoio prestados Nº e tipo de barreiras arquitectónicas identificadas Nº barreiras arquitectónicas eliminadas
---------------------------------	--

EIXO C - REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO Á COMUNIDADE

PROBLEMÁTICA - INSUFICIENTE COBERTURA DE SERVIÇOS E CUIDADOS DE SAÚDE

Actividades	2006												Parceiros	Recursos
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Contactos com as parcerias													Centro de Saúde de Idanha-a-Nova Câmara Municipal Juntas de Freguesia Seg. Social IPSS Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento	Técnico e materiais do projecto "Viver + Idanha" Instalações dos parceiros
Reuniões com parcerias														
Definição de um plano de acção														
Acções de Divulgação da Unidade Móvel de de Saúde														
Funcionamento da Unidade Móvel de Saúde														
Avaliação e revisão														

Indicadores de Avaliação	Nº e tipo de atendimento por freguesia
	Frequência dos atendimentos
	Nº de cuidados de saúde prestados/tipo de cuidados
	Nº e tipos de acções preventivas/nº de pessoas abrangidas

Diagnóstico das necessidades de tratamentos em cada freguesia

Nº e tipo de atendimento por freguesia

Frequência dos atendimentos

PROBLEMÁTICA - NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO/ QUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE APOIO A IDOSOS

Actividades	2005			2006												Parceiros	Recursos	
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	set	Out	Nov	Dez			
Contactos com parcerias																	IPSS Juntas de freguesia Câmara Municipal Progride POEFDS	Humanos, instalações a disponibilizar pelos parceiros
Divulgação do Espaço Sénior																		
Criação do "Espaço Sénior" destinado ao convívio dos idosos																		
Apresentação das acções de formação																		
Acção de formação(eixo 2-activos) para técnicos de equipamentos de apoio a idosos																		
Acção de formação(eixo 2-activos) para ajudantes de lar e centros de dia																		
Acção de formação(POEFDS eixo 5- Desemp.) para ajudantes de lar e centros de dia (912 horas)																		
Acção de formação(POEFDS eixo 5-Desem.) para animadores de desenvolvimento local (612 horas)																		
Reuniões de avaliação das formações																		
Reunião de análise do percurso profissional dos formandos após a formação																		
Implementação de actividades de animação para idosos																		

Indicadores de Avaliação	N° de Idosos que aderem às actividades de animação N° de Idosos que frequentam o espaço sénior N° de frequentadores das acções formativas Taxa de inserção no mercado de trabalho dos formandos desempregados que frequentaram as acções do POEFDS
---------------------------------	---

PROBLEMÁTICA - AMPLIAÇÃO DO TEMPO E LOCAIS DE ATENDIMENTO INTEGRADO

Actividades	2006												Parceiros	Recursos	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Contactos com parcerias	■													Juntas de freguesia Câmara Municipal IPSS Segurança Social Centro de Emprego	Humanos Instalações Materiais
Reuniões para criação do SAL	■														
Acções de informação e divulgação do serviço de atendimento local		■	■												
Criação do serviço de atendimento local nas freguesias (SAL)				■	■										
Elaboração da carta social do concelho				■	■	■									
Dinamização do SAL		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
Levantamento da necessidade de alarga. do horário dos jardins de infância									■						
Indicadores de Avaliação	N° de atendimentos efectuados N° de encaminhamentos Carta Social do Concelho														

V. AVALIAÇÃO

Ao longo da implementação do plano de desenvolvimento social, o seu acompanhamento e avaliação constitui um instrumento imprescindível para o planeamento das intervenções subsequentes, identificando pontos de reorientação ou reforço das acções. A avaliação é acompanhada por mecanismos de autocontrolo que permitem, de forma rigorosa, ir conhecendo os resultados e os efeitos da intervenção e corrigir as trajectórias caso estas sejam indesejáveis. É também através da avaliação que se poderão construir novos planos de acção anuais intensificando determinados projectos e actividades, e o nível de resposta aos problemas identificados.

A avaliação poderá ser feita antes da execução do plano (ex ante); durante a sua elaboração e execução (on going); ou após o final da sua execução (ex-post).

Para avaliar o Plano de Desenvolvimento Social é criada uma equipa interna, constituída por elementos do CLAS, que definirá a modalidade de avaliação, os critérios e indicadores de avaliação que permitam monitorizar e avaliar os impactos de cada acção.

Bibliografia

Município de Idanha-a-Nova(2005), *Diagnóstico Social do Concelho de Idanha-a-Nova*.

Município de Idanha-a-Nova (1993), *Plano Director Municipal*.

Instituto Nacional de Estatística (2002), *Estruturas Demográficas*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1993), *Censos 1991*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística(2001), *Censos 2001*, Lisboa.

Fonseca, António (2003), "*Perfil Psicossocial de Idosos Rurais do Interior de Portugal*", Universidade do Porto.

Carvalho Guerra, Isabel (2000), "*Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção*", PRINCIPIA, Cascais.

Outras Fontes

Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Castelo Branco

Centro de Emprego de Castelo Branco

Centro de RVCC de Idanha-a-Nova

Serviço Local de Segurança Social de Idanha-a-Nova

Centro de Saúde de Idanha-a-Nova

IPSS`s, Paróquias e Misericórdias

Juntas de Freguesia